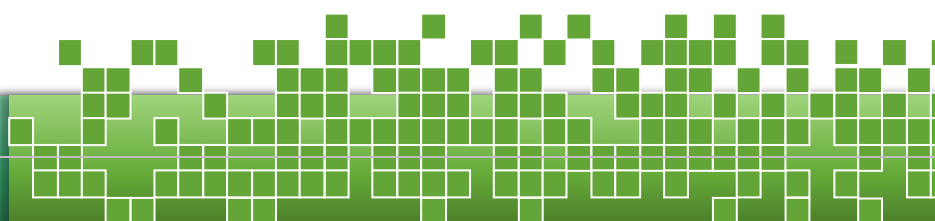


Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

SAÚDE, ENSINO, PESQUISA E INOVAÇÃO

Demonstrações Contábeis Intermediárias

3º Trimestre de 2025



SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL (BP).....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (DR)	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC).....	5
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)	7
NOTAS EXPLICATIVAS (NE)	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	11
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
5. VALORES A RECEBER.....	13
6. SUBVENÇÃO DE CUSTEIO A RECEBER	13
7. ADIANTAMENTOS E CRÉDITOS A RECEBER	14
8. ESTOQUES.....	15
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS	16
10. IMOBILIZADO	17
10.1 BENS MÓVEIS.....	17
10.2 BENS IMÓVEIS.....	17
10.3 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT DO IMOBILIZADO	18
11. INTANGÍVEL	18
12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	19
13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR.....	19
14. RETENÇÕES DE IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E OUTRAS RETENÇÕES.....	20
15. OBRIGAÇÕES TRANSITÓRIAS A CURTO PRAZO	21
16. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO A PAGAR.....	22
17. RECEITA DIFERIDA – SUBVENÇÕES	23
18. PROVISÕES PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	23
19. CAPITAL SOCIAL.....	25
20. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC.....	26
21. PREJUÍZOS ACUMULADOS	26
21.1 AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26
22. RECEITA BRUTA	26
23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS.....	26
24. DESPESA COM PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	27
24.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	27
24.2 ENCARGOS PATRONAIS	27
24.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL.....	27
24.4 OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS	28
25. USO DE MATERIAL DE CONSUMO	28
26. SERVIÇOS TOMADOS	28
27. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT.....	29
28. PERDAS INVOLUNTÁRIAS E DESFAZIMENTOS	29
29. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS	29
30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	30
31. OUTRAS DESPESAS	30
32. RECEITAS FINANCEIRAS	30
33. DESPESAS FINANCEIRAS	31
34. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL	31
35. RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA.....	31
36. RESULTADO DO PERÍODO	31
37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	31
37.1 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	31
37.3 PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	33
37.4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	33
37.5 PLANOS DE BENEFÍCIOS PARA EMPREGADOS	33
38. CONCILIAÇÃO SIAFI E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	34
39. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE INTERESSE PÚBLICO – LEI 13.303/2016	34

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Prezados (as) Senhores (as),

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, conforme previsto no inciso VII, do artigo 55 do Estatuto Social da EBSERH, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária – realizada em 15 de abril de 2025, submete ao exame e deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira no período findo em 30 de setembro de 2025.

Com o objetivo de atender o disposto no art. 87 do Estatuto Social da EBSERH, as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Dispõe sobre as sociedades por ações).

É oportuno destacar que a EBSERH tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, ensino-aprendizagem e formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a autonomia universitária.¹

Outrossim, a Empresa tem por competência exercer o disposto no artigo 4º, da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011 (Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências), a saber:

- I - Administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS;
- II - Prestar às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;
- III - apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências

médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas para o SUS;

IV - Prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e a outras instituições congêneres;

V - Prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas; e

VI - Exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social.

Atendendo aos preceitos legais, foram definidos o Propósito, a Visão e os Valores da EBSERH.

O Propósito consiste em atuar com excelência em saúde, ensino, pesquisa e inovação, sempre a serviço da vida e do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Quanto à Visão, a EBSERH almeja consolidar-se como uma rede de hospitais universitários referência em excelência, contribuindo de forma significativa para o SUS.

Em relação aos Valores, foram estabelecidos os seguintes preceitos:

- Ética, integridade e transparência: Compromisso com práticas que promovam confiança e credibilidade.
- Compromisso com o SUS: Alinhamento às necessidades do SUS, garantindo universalidade, integralidade e equidade no atendimento.
- Promoção de direitos humanos: Respeito à diversidade, à equidade e à valorização dos direitos humanos.
- Inovação com foco no país: Dedicção à pesquisa e inovação que atendam às demandas da sociedade.
- Valorização dos trabalhadores: Reconhecimento da importância do trabalho em saúde e daqueles que o realizam.

Nesse contexto, as Demonstrações Contábeis Intermediárias do 3º Trimestre de 2025 levam em consideração as características de constituição e funcionamento da EBSERH, além dos atos e fatos que ensejaram os lançamentos por cada unidade hospitalar. Os registros contábeis são de responsabilidade das equipes envolvidas e atuantes em cada local. Portanto, quando necessário, é fundamental analisar as demonstrações em conjunto com outros Documentos disponíveis nos diversos setores envolvidos na execução e lançamento dos eventos contabilizados.

¹ Art. 3º, da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011.

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)
R\$1,00

ATIVO	NOTA	30.09.2025	31.12.2024
Circulante		1.893.572.317,04	2.608.379.599,49
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.210.055.465,95	1.766.185.207,40
Valores a Curto Prazo	5	11.904.604,40	737.643,33
Subvenção de Custeio a Receber	6	-	211.714.819,43
Adiantamentos e Créditos a Receber	7	43.826.652,98	111.440.637,59
Estoques	8	627.785.593,71	518.301.291,74
Não Circulante		1.668.169.711,50	1.329.051.235,24
Valores a Longo Prazo	5	7.385.097,64	4.879.369,64
Depósitos Judiciais	9	44.925.717,50	47.192.189,02
Imobilizado	10	1.547.538.912,95	1.229.633.449,95
Bens Móveis	10.1	1.566.485.645,48	1.264.494.670,12
Depreciação Bens Móveis	10.3	(373.113.521,78)	(298.662.510,27)
Redução a Valor Recup. de imobilizado	10.3	(12.296.594,26)	(12.365.744,74)
Bens Imóveis	10.2	392.075.074,03	294.559.092,49
Depreciação Bens Imóveis	10.3	(25.611.690,52)	(18.392.057,65)
Intangível	11	68.319.983,41	47.346.226,63
Direito de uso de Bens	11	69.311.509,04	48.560.734,20
Softwares	11	63.640.399,14	63.052.846,31
Amortização Bens Intangíveis	11	(61.834.007,97)	(61.469.437,08)
Redução a Valor Recup. de intangível	11	(2.797.916,80)	(2.797.916,80)
TOTAL DO ATIVO		3.561.742.028,54	3.937.430.834,73

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

R\$1,00

PASSIVO	NOTA	30.09.2025	31.12.2024
Circulante		2.417.505.282,21	1.861.045.733,90
Obrigações Trabalhistas a Pagar	12	1.493.396.450,02	1.201.389.036,46
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	13	163.778.915,35	78.561.643,32
Retenções de Impostos, Contribuições	14	237.399.794,71	302.835.247,63
Obrigações Transitórias a Curto Prazo	15	493.921.319,24	266.261.241,17
Arrendamentos CP	16	29.008.802,89	11.998.565,32
Não Circulante		1.011.719.524,75	1.977.536.395,37
Receita Diferida (Subvenções)	17	669.694.917,83	1.540.885.709,34
Arrendamentos LP	16	15.496.366,18	8.236.803,79
Contingência para Indenizações Trabalhistas	18	318.620.090,97	404.543.400,47
Contingência para Indenizações Cíveis	18	7.908.149,77	23.870.481,77
Patrimônio Líquido		132.517.221,58	98.848.705,46
Capital Social Realizado	19	1.316.749.559,37	1.136.787.560,37
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	20	69.999.368,20	179.961.999,00
Prejuízos Acumulados	21	(1.254.231.705,99)	(1.217.900.853,91)
TOTAL DO PASSIVO		3.561.742.028,54	3.937.430.834,73

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (DR)

R\$1,00					
DESCRIÇÃO	Nota	01.07.2025 à 30.09.2025	01.01.2025 à 30.09.2025	01.07.2024 à 30.09.2024	01.01.2024 à 30.09.2024
Receita Bruta	22	65.880.915,46	241.470.862,97	48.027.829,85	145.339.478,62
Receita com Serviços		65.880.915,46	241.470.862,97	48.027.829,85	145.339.478,62
Receita de Serviços e Exploração	22	65.880.915,46	241.470.862,97	48.027.829,85	145.339.478,62
Deduções da Receita		-	-	-	-
Receita Operacional Líquida		65.880.915,46	241.470.862,97	48.027.829,85	145.339.478,62
Custo dos Serviços Prestados	23	-	-	-	-
Resultado Bruto		65.880.915,46	241.470.862,97	48.027.829,85	145.339.478,62
Despesas Operacionais		(3.752.986.058,22)	(10.167.524.216,62)	(2.961.827.925,72)	(8.481.823.789,71)
Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios	24	(2.703.145.171,56)	(7.306.331.938,39)	(2.135.081.194,89)	(6.115.984.987,67)
Remuneração a Pessoal	24.1	(1.820.902.250,73)	(4.976.123.808,72)	(1.449.816.398,35)	(4.276.441.364,14)
Encargos Patronais	24.2	(666.818.670,14)	(1.739.845.601,52)	(491.478.520,27)	(1.399.127.208,94)
Benefícios a Pessoal	24.3	(196.027.916,49)	(554.387.401,39)	(182.780.208,91)	(413.400.288,82)
Outras Despesas com Pessoal e Encargos	24.4	(19.396.334,20)	(35.975.126,76)	(11.006.067,36)	(27.016.125,77)
Despesa com Uso de Bens e Serviços		(989.253.073,54)	(2.685.880.575,63)	(793.616.555,79)	(2.223.356.708,77)
Uso de Material de Consumo	25	(368.825.785,13)	(1.006.790.453,57)	(300.946.168,06)	(840.134.414,17)
Serviços Tomados	26	(620.427.288,41)	(1.679.090.122,06)	(492.670.387,73)	(1.383.222.294,60)
Despesa com Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis		(46.625.503,79)	(119.647.982,09)	(31.904.718,75)	(89.512.482,15)
Depreciação, Amortização e Impairment	27	(44.890.545,39)	(116.571.698,98)	(30.811.681,07)	(84.840.266,91)
Perdas Involuntárias e Desfazimentos	28	(1.734.958,40)	(3.076.283,11)	(1.093.037,68)	(4.672.215,24)
Contingência para Riscos Fiscais	29	(9.170.771,46)	(46.449.025,33)	(131.313,50)	(46.255.818,88)
Contingência para Riscos Fiscais Trabalhistas		(8.668.216,36)	(45.946.470,23)	-	(45.291.294,15)
Contingência para Riscos Fiscais Cíveis		(502.555,10)	(502.555,10)	(131.313,50)	(964.524,73)
Despesas Tributárias	30	(307.697,81)	(1.888.509,74)	(290.626,81)	(1.490.931,31)
Impostos, Taxas e Contribuições		(307.697,81)	(1.888.509,74)	(290.626,81)	(1.490.931,31)
Outras Despesas	31	(4.483.840,06)	(7.326.185,44)	(803.515,98)	(5.222.860,93)
Resultado Antes das Rec./Desp. Financeiras		(3.687.105.142,76)	(9.926.053.353,65)	(2.913.800.095,87)	(8.336.484.311,09)
Resultados Financeiros		(33.750.145,71)	(29.991.393,17)	471.025,65	1.641.001,94
Receitas Financeiras	32	1.806.113,95	6.557.288,03	562.843,06	1.816.140,52
Despesas Financeiras	33	(35.556.259,66)	(36.548.681,20)	(91.817,41)	(175.138,58)
Resultado antes da Subvenção do Tesouro Nacional		(3.720.855.288,47)	(9.956.044.746,82)	(2.913.329.070,22)	(8.334.843.309,15)
Subvenção do Tesouro Nacional	34	3.778.139.471,16	9.934.414.111,90	2.839.235.220,79	8.222.531.800,98
Subvenção do Tesouro Nacional		3.068.134.720,74	7.809.548.391,97	2.089.672.690,58	6.542.697.774,50
Subvenção de Custeio SUS		710.004.750,42	2.124.865.719,93	749.562.530,21	1.679.834.026,48
Resultado antes da Cont. Social Sobre o Lucro Líquido	35	57.284.182,69	(21.630.634,92)	(74.093.849,43)	(112.311.508,17)
Provisão Contribuição Social		-	-	-	-
Resultado antes do Imposto de Renda		57.284.182,69	(21.630.634,92)	(74.093.849,43)	(112.311.508,17)
Provisão para Imposto de Renda		-	-	-	-
Resultado do Período	36	57.284.182,69	(21.630.634,92)	(74.093.849,43)	(112.311.508,17)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	01.01.2024 à 30.09.2025	01.01.2024 à 30.09.2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do Período	(21.630.634,92)	(38.217.658,74)
Ajustes ao Resultado Líquido	(34.619.793,87)	73.655.194,71
Ajustes de Exercícios Anteriores	(14.700.217,16)	-
Depreciação e Amortização	82.035.215,27	51.478.642,65
Redução a Valor Recup. de imobilizado	(69.150,48)	(59.165,79)
Contingência para Indenizações Trabalhistas	(85.923.309,50)	31.603.237,79
Contingência para Indenizações Cíveis	(15.962.332,00)	(1.078.007,78)
Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos		(8.289.512,16)
Resultado do Período Ajustado	(56.250.428,79)	35.437.535,97
Aumento (Redução) nos ativos operacionais		
Aumento (Redução) nos ativos operacionais	158.438.284,52	(1.292.082.720,96)
Subvenção de Custeio SUS a Receber	211.714.819,43	(1.107.928.747,97)
Valores a Curto Prazo	(11.166.961,07)	7.844.052,24
Adiantamentos e Créditos a Receber	67.613.984,61	(151.889.049,74)
Estoques	(109.484.301,97)	(37.965.995,81)
Valores a Longo Prazo	(2.505.728,00)	1.347.372,77
Depósitos Judiciais	2.266.471,52	(3.490.352,45)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
Aumento (Redução) nos passivos operacionais	(331.741.480,77)	1.744.291.179,76
Obrigações Trabalhistas a Pagar	292.007.413,56	544.429.757,79
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	85.217.272,03	(8.936.722,78)
Retenções de Impostos, Contribuições	(65.435.452,92)	(32.299.814,49)
Obrigações Transitórias a Curto Prazo	227.660.078,07	31.523.432,57
Subvenção a Realizar	(871.190.791,51)	1.209.574.526,67
Fluxo de Caixa líquido das Atividades Operacionais	(229.553.625,04)	487.645.994,77
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adição de Imobilizado	(399.506.956,90)	(222.010.888,72)
Adição de Intangível	(587.552,83)	(1.598.028,48)
Direito de Uso Bens (Contrato de Arrendamento)	3.519.025,12	(6.680.763,46)
Fluxo de Caixa líquido das Atividades de Investimentos	(396.575.484,61)	(230.289.680,66)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	69.999.368,20	88.002.039,45
Contratos de Arrendamento a Pagar	-	(815.008,02)
Fluxo de Caixa líquido das Atividades de Financiamentos	69.999.368,20	87.187.031,43
Apuração do Fluxo de Caixa do Período		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(556.129.741,45)	344.543.345,54
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.766.185.207,40	898.648.900,44
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1.210.055.465,95	1.243.192.245,98

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
Geração de Valor Adicionado		
1 - Receitas	269.829.545,46	145.339.478,62
1.1 - Atividades Operacionais	269.829.545,46	145.339.478,62
1.1.1 - Receita de Serviços e Exploração	269.829.545,46	145.339.478,62
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	3.047.360.740,93	2.427.289.822,24
2.1 - Materiais de Consumo	1.006.790.453,57	840.134.414,17
2.2 - Energia elétrica, Água, Esgoto e Gás	139.156.450,87	136.626.932,27
2.3 - Serviços de Terceiros	1.900.911.281,39	1.449.563.951,07
2.4 - Contingências para Riscos Cíveis	502.555,10	964.524,73
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	(2.777.531.195,47)	(2.281.950.343,62)
4 - Depreciação, Amortização, Impairment e Perdas	119.647.982,09	89.512.482,15
4.1 - Depreciação do Período	77.090.690,58	61.591.634,18
4.2 - Amortização do Período	39.481.008,40	23.248.632,73
4.4 - Perdas Involuntárias e Desfazimentos	3.076.283,11	4.672.215,24
5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)	(2.897.179.177,56)	(2.371.462.825,77)
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	10.297.365.401,60	8.450.165.545,60
6.1 - Repasses e Cotas Financeiras	9.409.614.526,74	8.071.041.773,36
6.2 - Receitas Financeiras	6.557.288,03	1.816.140,52
6.3 - Outras	881.193.586,83	377.307.631,72
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	7.400.186.224,04	6.078.702.719,83
8 - Distribuição do Valor Adicionado	7.400.186.224,04	6.078.702.719,83
8.1 - Remuneração do Trabalho	7.357.442.944,28	6.163.330.364,89
8.1.1 - Pessoal e Diárias	5.207.792.507,90	4.468.368.649,21
8.1.2 - Encargos	2.149.650.436,38	1.694.961.715,68
8.2 - Remuneração do Governo	38.437.190,94	1.665.805,76
8.2.1 - Impostos, Taxas, Contribuições, Multas e Juros	38.437.190,94	1.665.805,76
8.3 - Remuneração do Capital de Terceiros	25.936.723,74	26.018.057,35
8.3.1 - Locação	25.936.723,74	26.018.057,35
8.4 - Remuneração de Capital Próprio	(21.630.634,92)	(112.311.508,17)
8.4.1 Resultado do Período	(21.630.634,92)	(112.311.508,17)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
1 Resultado do Período	(21.630.634,92)	(112.311.508,17)
2 Outros Resultados Abrangentes	-	-
3 Resultado Abrangente do Período	(21.630.634,92)	(112.311.508,17)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

R\$ 1,00

Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais em 31/12/2023	681.560.045,66	460.141.585,55	(1.076.328.801,50)	65.372.829,71
Resultado do Período	-	-	(112.311.508,17)	(112.311.508,17)
Adiantamento Fut Aume Cap - AFAC	-	119.212.248,95	-	119.212.248,95
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(9.960.746,35)	(9.960.746,35)
Integralização de AFAC ao Capital Social	207.452.855,39	(207.452.855,39)	-	-
Saldos Finais em 30/09/2024	889.012.901,05	371.900.979,11	(1.198.601.056,02)	62.312.824,14

Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais em 31/12/2024	1.136.787.560,37	179.961.999,00	(1.217.900.853,92)	98.848.705,45
Resultado do Período	-	-	(21.630.634,92)	(21.630.634,92)
Adiantamento Fut Aume Cap - AFAC	-	69.999.368,20	-	69.999.368,20
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(14.700.217,16)	(14.700.217,16)
Integralização de AFAC ao Capital Social	179.961.999,00	(179.961.999,00)	-	-
Saldos Finais em 30/09/2025	1.316.749.559,37	69.999.368,20	(1.254.231.706,00)	132.517.221,57

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

NOTAS EXPLICATIVAS (NE)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Inicialmente, é importante frisar que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) foi instituída pela Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Embora seja uma entidade de direito privado, sua missão principal é prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, além de apoiar as instituições públicas federais de ensino em atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e formação profissional na área de saúde pública, sendo inclusive vedada a cobrança por qualquer tipo de procedimento, conforme determina o artigo 3º da sua Lei de criação, abaixo transcrita:

Art. 3º A EBSEERH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária.

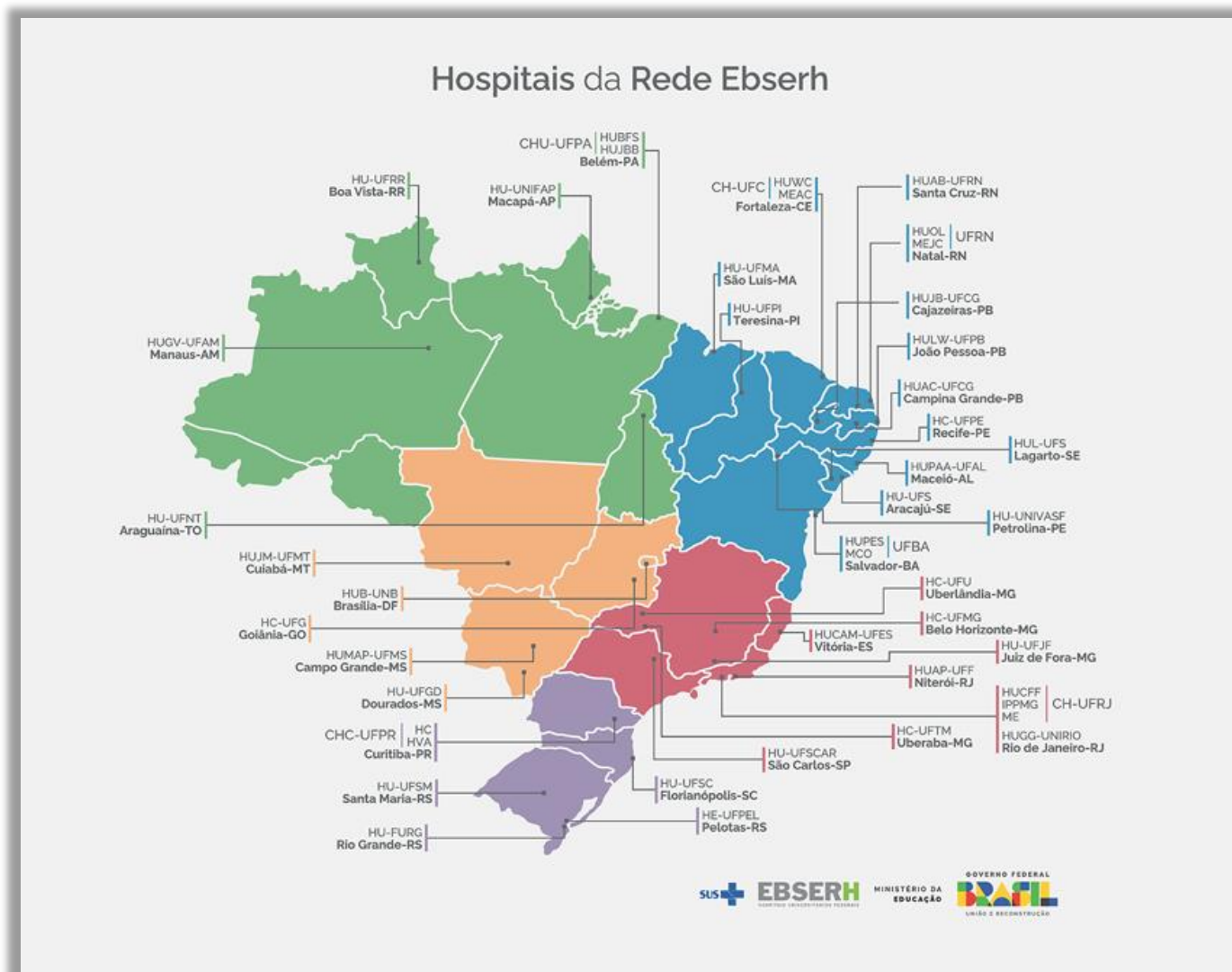
Atualmente, a Ebserh representa a maior rede de hospitais públicos do Brasil, atuando de forma integrada para enfrentar dois dos maiores desafios nacionais: saúde e educação. A Empresa é composta por um órgão central e 45 Hospitais Universitários Federais (HUFs), que desempenham papéis cruciais como centros de referência em média e alta complexidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Esses hospitais também promovem ensino e pesquisa, contribuindo diretamente para o avanço da saúde pública e para a melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros. O quadro abaixo evidencia a abrangência Rede Ebserh pelo país.

Devido à sua natureza e finalidade, a Ebserh é uma empresa estatal 100% dependente da União. Suas atividades são integralmente voltadas para o SUS, respeitando a autonomia universitária e cumprindo seu papel de prestadora de serviços de saúde de forma integral e exclusivamente pública.

A Empresa integra o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), estando, portanto, sujeita ao arcabouço legal, aos sistemas e aos controles estabelecidos para a Administração Pública Federal. Em conformidade com a legislação nacional vigente, a EBSEERH é regida pela Lei nº 12.550/2011, pela Lei nº 6.404/1976, pela Lei nº 13.303/2016, pela Lei nº 4.320/1964, bem como pelo seu Estatuto Social e demais normas aplicáveis. A Lei nº 12.550/2011 estabelece a criação da EBSEERH e suas competências, enquanto a Lei nº 6.404/1976 regula as sociedades por ações e suas práticas de governança corporativa, sendo aplicável parcialmente à EBSEERH. A Lei nº 13.303/2016 trata das empresas públicas e sociedades de economia mista, especificando normas de governança e licitação para essas entidades. Já a Lei nº 4.320/1964 define as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle do orçamento público. Em razão de sua natureza como empresa estatal dependente, a EBSEERH adota tanto as normas de direito público quanto as de direito privado. Dessa forma, para o registro e a avaliação das Demonstrações Contábeis, são observadas a legislação societária, a legislação aplicável ao Setor Público, a legislação fiscal federal, estadual e municipal, além das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil (RFB) e dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Conclui-se que a Ebserh desempenha um papel estratégico e essencial na prestação de serviços públicos de saúde no Brasil. Por meio de sua atuação integrada com o Sistema Único de Saúde (SUS) e os Hospitais Universitários Federais (HUFs), a Empresa consolida-se como um dos principais pilares para o acesso à saúde de qualidade no país, especialmente em casos de média e alta complexidade.

A assunção da gestão dos Hospitais Universitários Federais com a EBSEERH é firmada mediante contratos de gestão firmados com as Universidades Federais às quais essas unidades hospitalares estão vinculadas. Atualmente, a EBSEERH administra 45 (quarenta e cinco) Hospitais Universitários Federais (HUF), conforme ilustrado no mapa a seguir:



Fonte: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/sobre-os-hospitais-universitarios-federais>

A transição da gestão dos hospitais para a EBSERH é conduzida de acordo com as condições estabelecidas em cada contrato específico. No que concerne à constituição fiscal das unidades filiadas, encontra-se em diferentes estágios de evolução, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Evolução da Execução Orçamentária e Financeira

Unidades Contratualizadas	Unidade Gestora no SIAFI	Quantidade de Empregados	Exercício Financeiro	Execução Orçamentária e Financeira
45	41	36.732	2020	20
		38.545	2021	37
		39.922	2022	38
		42.885	2023	39
		45.985	3T2024	40
		50.517	3T2025	41

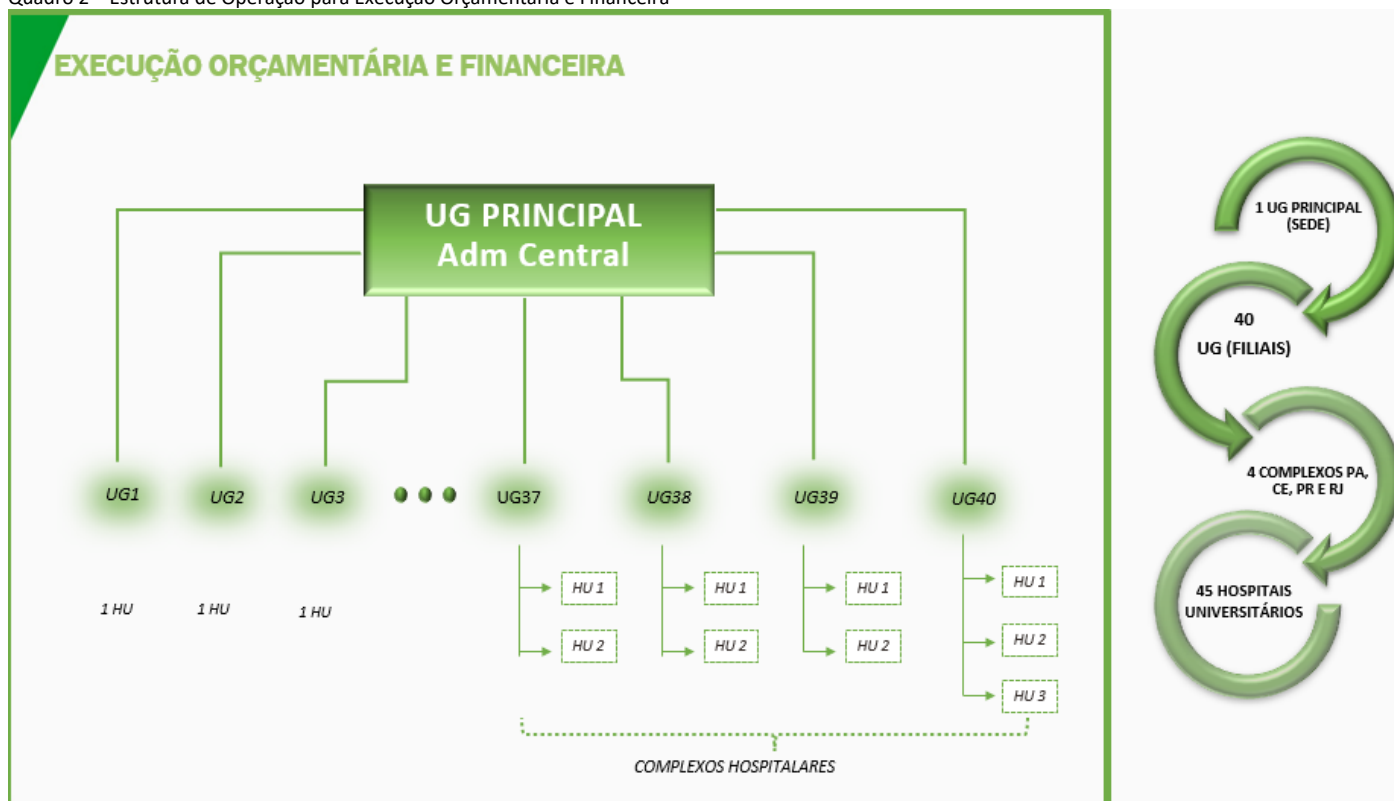
* Fonte: Guia do FGTS 06.2025, Anexo SEI (51420348)

*Foram abertos Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJ) para 45 unidades hospitalares que possuem contratos de gestão com a EBSERH. Em 4 desses casos, as unidades foram agrupadas em Complexos Hospitalares de Saúde, sendo 3 complexos com 2 hospitais em cada e 1 complexo com 3 hospitais. Essas unidades foram reunidas em 41 unidades gestoras (UG) SIAFI para operacionalização orçamentária e financeira.

A quantidade de empregados da EBSERH apresentou um crescimento significativo ao longo dos últimos exercícios financeiros em razão da adesão de duas novas unidades hospitalares (CH-UFRJ e HU-UFRR), evidenciando a ampliação da força de trabalho e o fortalecimento das atividades da Rede.

No período do 3º Trimestre de 2024 para o 3º Trimestre de 2025, a força de trabalho da EBSE RH aumentou em 4.632 o número de empregados, o que corresponde a um crescimento acumulado de 10%. Esse avanço demonstra o esforço contínuo para atender às demandas crescentes de saúde, ensino e pesquisa no âmbito do SUS.

Quadro 2 – Estrutura de Operação para Execução Orçamentária e Financeira



A operação orçamentária e financeira da Ebserh é extremamente complexa devido à necessidade de conciliação entre distintas dimensões contábeis, fiscais e orçamentárias, que demandam um controle rigoroso para garantir o cumprimento das normas aplicáveis e a transparência nas suas operações.

Todas as operações financeiras da Ebserh são realizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que é o sistema utilizado por todos os entes governamentais para gerenciar a execução orçamentária e financeira. A Ebserh, por ser uma empresa pública, deve seguir as mesmas regras aplicáveis aos órgãos públicos em relação à execução de receitas e despesas, registrando todas as transações de forma total no SIAFI. Isso assegura a conformidade com as exigências fiscais e orçamentárias do governo federal, facilitando o controle, a transparência e a auditoria das operações.

A complexidade da operação orçamentária e financeira da Ebserh também é destacada pela Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, que estabelece as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025. De acordo com o Art. 6º desta lei, os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social devem compreender as receitas e despesas de diversos órgãos e entidades, incluindo as empresas públicas e sociedades de economia mista como a Ebserh. A execução orçamentária e financeira dessas entidades deve ser registrada de forma total no SIAFI, garantindo que a gestão dos recursos públicos seja realizada de forma transparente e responsável. A citação da lei é a seguinte:

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas e das despesas dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, de seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Assim, a operação financeira e orçamentária da Ebserh não se limita à gestão dos recursos da Empresa, mas também exige a integração com o sistema federal de gestão financeira e o cumprimento de todas as normas fiscais e orçamentárias aplicáveis ao setor público, tornando a sua gestão uma tarefa desafiadora e de grande responsabilidade.

Essa integração entre diferentes sistemas e normativas reflete o compromisso da EBSE RH em assegurar transparência, conformidade legal e excelência na gestão de seus recursos, consolidando seu papel estratégico no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Empresa possui uma estrutura organizacional ampla, que compreende a administração de 45 hospitais universitários, essenciais para o atendimento à saúde e para a formação de novos profissionais no Sistema Único de Saúde (SUS), com diversas unidades e complexos espalhados pelo Brasil, coordenando suas atividades de forma descentralizada. A distribuição é a seguinte:

- **1 UG PRINCIPAL (SEDE):** Refere-se à Unidade Gestora Principal, ou seja, a sede da EBSERH, que é a central responsável pela coordenação e gestão das atividades da Empresa.
- **40 UG (FILIAIS):** Indica as 40 Unidades Gestoras Filiais da EBSERH, que são responsáveis pela gestão regional de hospitais e serviços em diversas partes do país.
- **4 COMPLEXOS (PA, CE, PR e RJ):** Refere-se a quatro grandes complexos regionais que agrupam hospitais e serviços em estados como Pará (PA), Ceará (CE), Paraná (PR) e Rio de Janeiro (RJ), com gestão centralizada para facilitar a coordenação.

Essa estrutura integrada e distribuída permite que a EBSERH gerencie eficientemente sua operação, garantindo a boa execução das políticas públicas e o fortalecimento do SUS.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As Demonstrações Contábeis Intermediárias são de responsabilidade da Administração da empresa, com emissão autorizada pela Diretoria Executiva da Empresa. Elas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis e as normas internacionais de relatório financeiro IFRS (*International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como com as práticas e normas contábeis adotadas no Brasil.

No contexto brasileiro, as normas contábeis abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, aprovados pelo CFC com efeitos normativos e, no contexto do presente relato, indicados como “Pronunciamento Técnico CPC emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). De outro lado, o termo Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs engloba as Normas Técnicas Gerais (NBC TG, incluídos os Pronunciamentos Técnicos CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

As Demonstrações Contábeis Intermediárias evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A EBSERH que, como entidade da Administração Pública Federal Indireta, integra o Balanço Geral da União (BGU) e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), na modalidade total, realizou suas execuções com base no calendário de fechamento do Siafi, nos termos do art. 6º da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2025), que dispôs, dentre outros, sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento:

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas e das despesas dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, de seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi.

Os registros contábeis estão realizados no Siafi e no Sistema Contábil Societário, em consonância com as NBCs.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Intermediárias estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo indicações ao contrário.

Base de Preparação – Demonstrações Contábeis Intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico de aquisição ou construção, a menos que indicado de outra forma, considerando-se o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. No caso de contratos de arrendamento, foi utilizado o valor presente como base de valor, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Os valores foram obtidos a partir dos documentos extraídos do Siafi pelas Unidades Gestoras da EBSERH.

Moeda Funcional – As Demonstrações Contábeis Intermediárias são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa (Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis).

Desempenho Financeiro e Regime de Competência – O regime de competência é aplicado, refletindo os efeitos de transações e outros eventos sobre as reivindicações e recursos econômicos da entidade nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos sejam realizados em períodos diferentes. Isso fornece uma base sólida para avaliar o desempenho passado e futuro da entidade, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Ativo Circulante – Inclui bens e direitos que a Empresa possui e que são realizáveis até o encerramento do exercício seguinte. Exemplos incluem recursos da conta única aplicados e limite de saque com vinculação de pagamento (caixa disponível), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estoques – Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição ou custo médio (dos dois o menor). O método de avaliação de estoques é o da média ponderada móvel (Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques) com manutenção e controle físico sob responsabilidade de cada unidade da EBSERH em sistema de gestão próprio. Os Relatórios Mensais de Almoarifado (RMA), emitidos por essas unidades, são registrados no Sifai, e evidenciados nas Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Ativo Não Circulante – É composto pelos subgrupos: Valores de Longo Prazo – SUS, Depósitos Judiciais, Bens Móveis, Imóveis e Intangível, reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou produção, deduzido da respectiva depreciação ou amortização, quando aplicável, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Depreciação e Amortização – É calculada no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), seguindo padrões estabelecidos pela STN, utilizando o método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sem extrapolar os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 e na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017, conforme tabela abaixo:

TABELA DE VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL			
Conta	Descrição	Vida Útil (Anos)	Valor Residual 2025 e 2024
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
12311.01.03	Equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
12311.01.04	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversão	10	10%
12311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
12311.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
12311.01.24	Máquinas e equipamentos eletroeletrônicos	10	10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	10%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10%
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%
12321.08.00	Benfeitorias em propriedades de terceiros	25	-
12321.07.00	Instalações	10	-
12411.01.01	Software - Vida útil definida	10	-

Impairment de Ativos Não Financeiros – Conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da EBSERH busca revisar o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Nesse caso, uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior entre: (a) o valor de venda dos ativos, menos os custos estimados para a venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo, unidade geradora de caixa ou mesmo o valor atual de mercado.

Passivo Circulante – Corresponde a obrigações a serem pagas até o encerramento do exercício social seguinte e engloba obrigações com fornecedores, retenções de tributos, obrigações patronais e outras obrigações a pagar assumidas no curso normal das atividades da Empresa, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Passivo Não Circulante – O passivo é classificado como não circulante quando sua exigibilidade é superior, pelo menos, ao fechamento do exercício seguinte, equivalente a doze meses após a data do balanço, como preceitua o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Patrimônio Líquido – É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos, conforme estabelecido no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. O capital social está representado pela totalidade de ações pertencentes à União.

Ativos e Passivos Financeiros – Estão registrados a valor presente em razão do regime de competência no reconhecimento das receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, com incerteza de data para pagamento, estão mensurados a valor presente, visto que são escriturados inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e atualizados mensalmente de acordo com as regras e critérios da consultoria jurídica da Empresa. Não há ativos financeiros para venda.

Tributação – O regime de tributação adotado para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é o Lucro Real (receitas menos despesas), com ajustes previstos em lei.

Demonstração do Fluxo de Caixa – A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é apresentada conforme Pronunciamento Técnico 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), por meio do método indireto.

Por fim, os quadros que constam das notas a seguir estão, predominantemente, apresentados em R\$ 1,00.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	30.09.2025	31.12.2024
CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	343.291.565,86	158.917.127,75
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	1.601.818,24	1.463.847,37
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	259.310.877,48	1.085.960.066,72
Limite de Saque com Vinculação Pagamento - Ordem de Pagamento	419.746.737,32	427.140.328,28
Garantias	186.104.467,05	92.703.837,28
TOTAL	1.210.055.465,95	1.766.185.207,40

Recursos da Conta Única Aplicados – Valores que advêm de receitas próprias e de rendimentos de aplicações. A variação na conta de recursos aplicados evidência que houve maior valor de aplicações que saques nas aplicações no período. As aplicações mais relevantes no período têm origem em recolhimento de taxas de concurso e processo seletivo, arrecadação com serviço de saúde e formalização de convênios. Até o 3º Trimestre de 2025 verificamos que houve um aumento de arrecadação de fonte própria na ordem de R\$ 177.140.492,48 em relação ao exercício de 2024. Essa arrecadação fica na conta de aplicação até que seja viabilizado a execução orçamentária e financeira.

Demais Contas – Caixa Econômica Federal – Representam recursos de caução contratual depositados por fornecedores de serviços e materiais.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Representa o financeiro disponível para execução das despesas orçamentárias. Trata-se de recebimento de recursos financeiros que aguardam o processamento da despesa orçamentária (custeio SUS/ PROHSUS), para posteriores pagamentos, bem como financeiro de outras fontes para gestão de fluxo de caixa da rede. A redução do saldo é reflexo da utilização, em 2025, de financeiros recebido no encerramento do exercício de 2024 para pagamento de despesas inscritas em restos a pagar processados e não processados.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – Refere-se a financeiro vinculado a despesa da folha de pessoal e despesas contratuais que sairão da conta única, conforme autorização de pagamento, e posterior transferência para as contas bancárias dos empregados e fornecedores. Em síntese, trata-se de valores comprometidos com pagamentos autorizados, que aguardam a operacionalização bancária do saque para as contas dos credores.

Garantias – Representam apropriação de valores em depósito em conta vinculada, como forma de assegurar o cumprimento de obrigações financeiras, muitas vezes utilizadas em transações comerciais e obrigações trabalhista. É uma conta de controle, contendo o mesmo saldo registrado no passivo. Essas garantias passaram a ser reconhecidas em 2024 no Balanço Patrimonial de todas as entidades do Setor Público Federal, que executa no SIAFI, por determinação do Acórdão do TCU 2.717/2023. Os valores podem ser sacados para sanar trabalhista durante a execução do processo ou ao final do contrato quando comprovado a regularidade dos serviços prestados.

5. VALORES A RECEBER

Valores a Receber de Curto Prazo	30.09.2025	31.12.2024
Faturas e Duplicatas a Receber – Prestação de Serviço	11.904.604,40	737.643,33

Valores a Receber de Longo Prazo	30.09.2025	31.12.2024
Faturas e Duplicatas a Receber - Prestação de Serviço	4.803.897,64	4.879.369,64
Adiantamentos A Fornecedores	2.581.200,00	-
TOTAL	7.385.097,64	4.879.369,64

Faturas e Duplicatas a Receber – Prestação de Serviço – A EBSERH tem valores a receber da Secretaria de Saúde do município de Belo Horizonte, em curto e em longo prazo, em contrapartida aos serviços de saúde prestados pela filial Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFMG), no âmbito do SUS, via convênio.

Não foram apropriadas Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), por se tratar de uma relação contratual com ente da Administração Pública Direta e, ainda, por não haver subsídios necessários para criação de matriz de risco.

6. SUBVENÇÃO DE CUSTEIO A RECEBER

O valor refere-se à receita diferida com origem em contribuições previdenciárias (INSS, FGTS patronal), registradas como obrigações a pagar no passivo, conforme o estabelecido pelo regime de competência. A receita normalmente é contabilizada na ata do processamento do pagamento com a utilização de contas do orçamento. A partir do mês de junho de 2025, adotou-se o critério de reconhecer apenas valores que possuem instrumentos de cobrança. A mudança de critério para o não reconhecimento será objeto de reapresentação no encerramento do exercício.

Subvenção de Custeio a Receber	30.09.2025	31.12.2024
Subvenção a Receber	-	211.714.819,43

7. ADIANTAMENTOS E CRÉDITOS A RECEBER

Adiantamentos e Créditos a Receber de Terceiros	30.09.2025	31.12.2024
Salários e Ordenados Pagos Antecipadamente	4.559.374,72	14.736.747,63
Adiantamento Concedido	535.721,73	11.877,79
Aluguéis a Receber	95.740,87	112.740,87
Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada	32.111.813,36	32.211.799,42
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	38.218,23	37.373,86
Prêmios de Seguros a Apropriar	108.650,29	84.608,81
Créditos a Recuperar Decorrentes de Infrações Contratuais	320.369,32	248.422,23
Tributos Pagos a Apropriar	8.049,70	32.198,90
VPD de Serviços Pagos Antecipadamente	565.017,42	536.475,68
Remuneração da Conta Única a Receber	991.692,95	243.821,59
Créditos a Receber por pagto em Duplicidade	540.635,75	58.867.463,23
Cred a Rec Decorrentes de Folha de Pagamento	6.379.753,40	4.298.097,18
Adiantamento a Fornecedores	198.653,17	19.010,40
Ajuste para Perdas - Subgrupo113	(2.632.983,31)	-
Indenizações e Restituições a Receber	1.225,27	-
Cred A Rec Por Reemb Salário Maternidade	4.720,11	-
TOTAL	43.826.652,98	111.440.637,59

Salários e Ordenados Pagos Antecipadamente – Registra o adiantamento a pessoal referente à remuneração no período de férias, quando o servidor opta pelo adiantamento do salário.

Adiantamento Concedido – Registra os valores disponibilizados para suprimento de fundos que tem como objetivo custear despesas de pequeno vulto ou eventuais.

Aluguéis a Receber – Valores a receber referente a aluguel de espaço público para exploração de serviço de cantina na unidade da Universidade Federal do Valo do São Francisco (UNIVASF).

Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada – Registra os valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros provenientes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED). Os prazos previstos para apresentação de Relatório de Cumprimento de Objeto e Análise é uma previsão com base no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

UG Executora Concedente	Descrição Ebserh	Transferência - Conveniente	Razão Social Conveniente	Transferência	Início Vigência	Final Vigência	A Comprovar	Apresentação RCO Prazo 120 - Dias	Análise RCO -180 dias
155007	Ebserh SEDE	364102	CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO	1AAFLY	24/09/2021	23/09/2026	5.927.442,57	21/01/2027	20/07/2027
155007	Ebserh SEDE	364102	CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO	1AAFXA	27/10/2021	30/09/2024	4.626.460,00	28/01/2025	27/07/2025
155007	Ebserh SEDE	153152	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFRJ	968020	10/09/2024	10/02/2025	2.003.451,09	10/06/2025	07/12/2025
155007	Ebserh SEDE	153163	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	951887	11/12/2023	11/12/2024	2.000.000,00	10/04/2025	07/10/2025
155007	Ebserh SEDE	154050	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	966612	29/07/2024	28/07/2025	1.483.189,26	25/11/2025	24/05/2026
155007	Ebserh SEDE	254420	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	966781	01/08/2024	01/08/2026	4.701.110,86	29/11/2026	28/05/2027
155007	Ebserh SEDE	364102	CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO	935982	01/10/2022	30/09/2024	1.796.900,00	28/01/2025	27/07/2025
155007	Ebserh SEDE	364102	CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO	952057	12/12/2023	12/12/2025	3.484.880,00	11/04/2026	08/10/2026
155007	Ebserh SEDE	364102	CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO	952131	12/12/2023	12/12/2025	2.344.020,00	11/04/2026	08/10/2026
155015	MEJC	153103	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	934289	01/06/2022	01/06/2023	300.000,00	29/09/2023	27/03/2024
155007	Ebserh SEDE	364102	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	972051	09/12/2024	08/12/2026	318.359,58	07/04/2027	04/10/2027
155007	Ebserh SEDE	153163	Universidade Federal de Santa Catarina	975706	30/06/2025	30/06/2028	3.000.000,00	28/10/2028	26/04/2029
155015	MEJC	153103	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	975297	05/06/2025	05/06/2028	126.000,00	03/10/2028	01/04/2029
TOTAL							32.111.813,36		

Prêmios de Seguros, Assinatura e Anuidades a Apropriar, Tributos Pagos a Apropriar, VPD de Serviços Pagos Antecipadamente e Outras Despesa Pagas Antecipadamente – São valores a apropriar decorrentes de pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços à Empresa ocorrerão em momento posterior.

Créditos a Recuperar Decorrentes de Infrações Contratuais - Créditos decorrentes de infração contratual relacionados a quebra de contrato por parte dos fornecedores que, por descumprimento de cláusulas, foram autuados e multados. Também se reconhecem as receitas a receber referentes a exploração de espaço público aguardando o recebimento por Guia de Recolhimento da União (GRU) e despesas anuladas que serão restituídas à EBSERH.

Remuneração da Conta Única a Receber – Registra os rendimentos positivos a receber com origem em aplicações de financeiro da conta única.

Créditos a receber por Pagamento em Duplicidade – Registra os créditos a receber decorrentes de pagamento de auxílio alimentação a trabalhadores com duplo vínculo. Em 2024 registrou-se também saldos a receber referente IRRF pago em duplicidade. Informa-se que houve a baixa de valor por utilização do crédito para compensação de obrigações com retenção de IRRF da folha de pagamento dos empregados, janeiro de 2025.

Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento – Valores a restituir referente ao processamento de rescisões negativas.

Adiantamento a Fornecedores – Registra os adiantamentos efetuados pela entidade a fornecedores, vinculados a compras específicas de materiais que serão incorporados aos estoques quando de seu efetivo recebimento.

Ajuste para Perdas - Registra o ajuste de perdas para os créditos a receber relacionados a folha de empregados da Ebserh, especificamente sobre rescisões negativas ou mesmo apuração de folha mensal negativa.

Indenizações e Restituições a Receber – Registra os valores das indenizações e restituições a receber no curto prazo.

8. ESTOQUES

Estoques	30.09.2025	31.12.2024
Estoque de Mercadoria para Revenda	68,24	-
Mercadorias para Doação em Trânsito	135.771,73	52.950,57
Materiais de Consumo em Trânsito	215.829,69	324.468,67
Materiais de Consumo	433.088.010,14	388.522.885,09
Estoque De Materiais Sobressalente	-	242,00
Medicamento - Estoque Interno - Para Distribuição	154.001.878,31	129.362.707,66
Importações em Andamento - Estoque	40.341.915,00	38.037,75
TOTAL	627.785.593,71	518.301.291,74

Mercadorias – Estoque Estratégico – Registra o valor das mercadorias adquiridas para revenda relativas a estoques estratégicos da entidade.

Material de Consumo em Trânsito e Mercadoria para Doação em Trânsito – Trata-se de transferência de materiais de consumo entre unidades integrantes da administração direta ou indireta (empresa dependente), aguardando os trâmites administrativos de recebimento e classificação na conta específica de material de consumo.

Material de Consumo – Compreende o montante consolidado de estoque de material de almoxarifado de toda rede EBSERH, 40 (quarenta) unidades hospitalares, mais a Sede Administrativa, destinado ao atendimento do consumo interno.

Estoque de Materiais Sobressalente – Compreende materiais ou peças que não estão em uso imediato, mas são mantidos para garantir a continuidade das operações em caso de falhas, quebras ou necessidade de reposição.

Medicamento – Estoque Interno – Para Distribuição – Registra os valores dos medicamentos e outros produtos farmacêuticos, adquiridos ou produzidos pela unidade, destinados a formação de estoque de distribuição para consumo interno ou redistribuição. Compreendem também os valores de estoque assistencial e judicializado de toda a rede EBSERH. São medicamentos oriundos de programas estratégicos do SUS e de ações judiciais, não adquiridos pelos Hospitais ou pela EBSERH, que ficam sob sua guarda até a dispensação ou aplicação aos pacientes.

Importações em Andamento – Estoque - Refere-se a importações em andamento de bens de estoque. A variação no saldo em importação refere-se a pagamento de carta de crédito de contrato de importação de componentes hardware e software para aceleradores lineares.

Apresentamos a seguir o quadro com o detalhamento do estoque de material de consumo:

Material de Consumo - Natureza da Despesa Detalhada	30.09.2025	31.12.2024
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	1.557,98	9.649,68
Combustíveis e Lubrif. p/ Outras Finalidades	47.730,63	31.039,93
Gás e Outros Materiais Engarrafados	814.787,64	1.664.852,84
Gêneros de Alimentação	4.092.491,41	3.554.960,39
Material Farmacológico	313.950.055,35	276.603.615,67
Material Odontológico	748.728,16	704.927,24
Material Químico	8.980.427,66	9.338.987,61
Material Educativo E Esportivo	23.794,89	20.151,93
Material de Expediente	5.190.399,35	4.804.915,41
Material de Tic - Material de Consumo	1.893.601,60	1.552.830,28
Material de Acondicionamento E Embalagem	4.864.572,78	4.151.630,18
Material de Cama, Mesa E Banho	1.593.500,07	999.195,68
Material de Copa e Cozinha	1.058.127,45	1.031.625,59
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	2.750.894,88	3.517.361,31
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	662.671,85	1.029.145,96
Material p/ Manut.de Bens Imóveis/Instalações	2.469.823,47	2.572.090,38
Material p/ Manutenção de Bens Moveis	9.224.375,38	7.158.229,34
Material Elétrico e Eletrônico	2.269.892,82	1.891.509,21
Material de Proteção e Segurança	3.497.189,57	3.271.423,24
Material p/ Áudio, Vídeo e Foto	360.238,91	393.353,67
Material para Comunicações	83.727,08	89.578,57
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	421,26	421,26
Material p/ Produção Industrial	5.002,00	88,00
Material Laboratorial	13.673.098,59	13.496.748,35
Material Hospitalar	198.997.421,62	173.048.915,97
Material p/ Manutenção de Veículos	19.329,11	27.160,89
Material Biológico	206.515,06	159.034,89
Material p/ Utilização em Gráfica	2.840,00	3.320,00
Ferramentas	76.119,87	28.453,73
Material p/ Reabilitação Profissional	5.773.424,47	3.369.865,09
Material de Sinalização Visual e Outros	200.194,64	177.454,10
Bens Móveis Não Ativáveis	3.256.942,26	2.944.040,54
Bandeiras, Flamulas e Insígnias	590,40	778,94
Outros Materiais de Consumo	40.703.276,78	425.391,11
Material Hospitalar	248.042,03	197.012,96
Gêneros de Alimentação	17.747,92	20.458,93
Material p/ Manutenção de Bens Móveis	17.843,60	10.912,71
Material Laboratorial	8.195,17	160,16
TOTAL	627.785.593,71	518.301.291,74

Em resumo, nota-se que a elevação relevante dos estoques ocorreu em material hospitalar e material farmacológico. O aumento justifica-se pela adesão do Complexo Hospitalar da UFRJ que ao final do 3º Trimestre de 2025 agregou aproximadamente R\$ 58 milhões de em estoque na rede. Refere-se a importações em andamento de bens de estoque.

Outros materiais de consumo - A variação no saldo refere-se a pagamento de carta de crédito de contrato de importação de componentes hardware e software para aceleradores lineares.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Depósitos Judiciais	30.09.2025	31.12.2024
Depósitos Efetuados para Interposição de Recurso	44.925.717,50	47.192.189,02

Os depósitos judiciais registrados pela EBSERH em 30/09/2025 totalizam R\$ 44.925.717,50. Esses valores estão relacionados a depósitos efetuados para a interposição de recursos, ou seja, valores vinculados a processos judiciais que ainda estão em andamento, com o objetivo de garantir a continuidade das ações perante as instâncias superiores.

O saldo apresentado representa o somatório de valores nominais depositados. A Ebsersh tem atuado junto as instituições financeiras Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil para obter os extratos bancários referente a cada depósito realizado.

10. IMOBILIZADO

O imobilizado da EBSERH é composto por bens móveis, imóveis e as respectivas depreciações, amortizações e ajustes de recuperabilidade, quando indicado.

10.1 BENS MÓVEIS

O grupo de bens móveis é composto, em maior parte, por equipamentos, utensílios médicos e odontológicos; equipamento de tecnologia da informação e comunicação; aparelhos e utensílios domésticos; e mobiliário em geral.

Bens Móveis	30.09.2025	Entradas	Baixas/Transferências	31.12.2024
Máquinas e Equipamentos	1.424.950.264,90	319.345.738,04	(40.034.373,26)	1.145.638.900,12
Mobiliário e Utensílios em Geral	109.441.390,40	14.469.116,49	(7.785.416,35)	102.757.690,26
Veículos	5.808.021,31	367.871,68	(122.738,75)	5.562.888,38
Obras de Arte	1.400,00	-	(470,00)	1.870,00
Diversos	25.875.656,72	61.991.715,50	(48.438.171,08)	10.533.321,36
TOTAL	1.566.485.645,48	398.372.144,80	(96.381.169,44)	1.264.494.670,12

Bens Móveis	30.09.2024	Entradas	Baixas/Transferências	31.12.2023
Máquinas e Equipamentos	1.072.965.719,12	245.732.709,95	(35.659.089,84)	862.892.099,01
Mobiliário e Utensílios em Geral	100.917.622,79	21.727.983,20	(4.332.826,00)	83.522.465,59
Veículos	5.164.755,52	1.309.684,03	(496.130,77)	4.351.202,26
Obras de Arte	1.870,00	-	-	1.870,00
Diversos	19.832.998,34	99.920.128,88	(95.854.088,93)	15.766.958,39
TOTAL	1.198.882.965,77	368.690.506,06	(136.342.135,54)	966.534.595,25

O aumento dos bens demonstra a aplicação constante de recursos, já que há investimento contínuo na capacidade da atividade fim e na modernização da Empresa, observável pela variação positiva no período.

Os valores lançados em diversos se referem a Adiantamentos para Inversão em Bens Móveis, Estoque Interno, Estoque para Distribuição, Bens Móveis em trânsito, Peças Não Incorporáveis a Imóveis e Bens Não Localizados.

Ressalta-se que os valores classificados na coluna de baixa e de entrada são em sua maior parte reclassificação entre contas do imobilizado.

10.2 BENS IMÓVEIS

Bens Imóveis	30.09.2025	Entradas	Baixas/Transferências	31.12.2024
Obras em Andamento	145.928.466,73	90.262.041,77	(35.949.211,69)	91.615.636,65
Estudos e Projetos	2.283.599,00	3.286.814,46	(1.103.880,37)	100.664,91
Instalações	33.755.091,41	6.314.759,50	(509.372,15)	27.949.704,06
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	210.107.916,89	47.808.332,55	(12.593.502,53)	174.893.086,87
TOTAL	392.075.074,03	147.671.948,28	(50.155.966,74)	294.559.092,49

Bens Imóveis	30.09.2024	Entradas	Baixas/Transferências	31.12.2023
Obras em Andamento	72.835.103,62	40.895.797,41	(46.719.547,02)	78.658.853,23
Estudos e Projetos	63.664,54	232,24	(489,10)	63.921,40
Instalações	25.143.368,16	5.326.487,68	(139.094,06)	19.955.974,54
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	167.344.778,50	44.605.975,51	(27.628,87)	122.766.431,86
TOTAL	265.386.914,82	90.828.492,84	(46.886.759,05)	221.445.181,03

Obras em Andamento – Registra os valores com construções em andamento nos Hospitais Universitários, com destaque para a construção do Hospital da Universidade Federal de Pelotas. As baixas referem-se a reclassificações para a conta de Benfeitorias em Propriedade de Terceiros quando efetivado a conclusão da obra.

Estudos e Projetos – Registra os valores relativos a estudos e projetos, englobando limpeza do terreno, serviços topográficos, sondagens de reconhecimento, terraplenagem, drenagens, instalações provisórias como galpões, instalações elétricas e hidráulicas, utilizadas durante as obras.

Instalações – Registra o custo de implantação de instalações que, não obstante integradas aos edifícios, devem ser segregadas das obras civis.

Benfeitorias em Propriedade de Terceiros – Corresponde a investimento com ampliação ou melhoria de infraestrutura de Unidades Hospitalares. Cabe informar que, os imóveis em que as unidades hospitalares estão instaladas são de propriedade das Universidades Federais. Por esta razão, entende-se que o investimento é em propriedade de terceiros, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado. As entradas no período têm origem na conclusão das obras em andamento.

10.3 DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT DO IMOBILIZADO

Depreciação, amortização Acumulada e Impairment	30.09.2025	Movimento Devedor	Movimento Credor	31.12.2024
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(373.113.521,78)	13.914.422,85	(88.365.434,36)	(298.662.510,27)
Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Imóveis	(25.611.690,52)	27.248,28	(7.246.881,15)	(18.392.057,65)
Redução ao Valor Recuperável - Imobilizado	(12.296.594,26)	69.150,48	-	(12.365.744,74)
TOTAL	(411.021.806,56)	14.010.821,61	(95.612.315,51)	(329.420.312,66)

Depreciação, amortização Acumulada e Impairment	30.09.2024	Movimento Devedor	Movimento Credor	31.12.2023
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(279.674.639,82)	(5.170.319,75)	63.696.006,61	(221.148.952,96)
Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Imóveis	(16.415.583,90)	(15.852,55)	5.888.711,80	(10.542.724,65)
Redução ao Valor Recuperável - Imobilizado	(10.385.020,60)	(85.690,76)	-	(10.470.711,36)
TOTAL	(306.475.244,32)	(5.271.863,06)	69.584.718,41	(242.162.388,97)

Depreciação e Amortização – A depreciação é calculada pelo método linear, mediante a utilização de vida útil econômica dos bens (vide Nota Explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis). O controle patrimonial e o cálculo da depreciação e da amortização são realizados por meio do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), no módulo Patrimônio, e por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), sob a responsabilidade da Diretoria de Administração e Infraestrutura (DAI).

Redução ao Valor Recuperável (Impairment) – A Redução ao Valor Recuperável compreende a realização de testes de *impairment*, visando à análise da desvalorização econômica, conforme preconizado no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 2024, o estudo e a aplicação de teste de recuperabilidade foi realizada nos termos na Norma Operacional - SEI nº 4/2023/DAI-EBSERH.

11. INTANGÍVEL

Intangível	30.09.2025	Entradas	Baixas/Transferências	31.12.2024
Softwares - Vida Útil Definida	63.143.964,66	534.817,31	(13.333,28)	62.622.480,63
Softwares - Vida Útil Indefinida	492.952,48	188.039,80	(124.000,00)	428.912,68
Marcas e Patentes Industriais	3.482,00	2.029,00	-	1.453,00
Direito de Uso de Bens	69.311.509,04	53.410.811,91	(32.660.037,07)	48.560.734,20
TOTAL	132.951.908,18	54.135.698,02	(32.797.370,35)	111.613.580,51

Intangível	30.09.2024	Entradas	Baixas/Transferências	31.12.2023
Softwares - Vida Útil Definida	62.957.532,48	2.304.700,28	(467.512,13)	61.120.344,33
Softwares - Vida Útil Indefinida	411.922,68	50.000,00	(0,01)	361.922,69
Marcas e Patentes Industriais	1.341,00	687,00	-	654,00
Direito de Uso de Bens	46.614.950,41	17.995.047,38	(7.433.939,39)	36.053.842,42
TOTAL	109.985.746,57	20.350.434,66	(7.901.451,53)	97.536.763,44

Amortização e Impairment de Intangível	30.09.2025	Movimento Devedor	Movimento Credor	31.12.2024
Amortização Acumulada - Software	(38.629.600,36)	13.333,28	(5.642.962,61)	(32.999.971,03)
Amortização Acumulada - Direito de Uso	(23.204.407,61)	32.259.128,21	(26.994.069,77)	(28.469.466,05)
Redução ao Valor Recuperável - Software	(2.797.916,80)	-	-	(2.797.916,80)
TOTAL	(64.631.924,77)	32.272.461,49	(32.637.032,38)	(64.267.353,88)

Amortização e Impairment de Intangível	30.09.2024	Movimento Devedor	Movimento Credor	31.12.2023
Amortização Acumulada - Software	(31.850.354,55)	14.723,05	(5.011.680,58)	(26.853.397,02)
Amortização Acumulada - Direito de Uso	(23.888.302,08)	3.050.108,76	(12.371.402,34)	(14.567.008,50)
Redução ao Valor Recuperável - Software	(2.793.726,26)	-	-	(2.793.726,26)
TOTAL	(58.532.382,89)	3.064.831,81	(17.383.082,92)	(44.214.131,78)

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, resultantes do desenvolvimento de *software*, de direitos contratuais ou de outros direitos legais; e são demonstrados pelo custo de aquisição, produção ou desenvolvimento de *software*, deduzido da respectiva amortização, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

Softwares – Os *softwares* estão classificados em vida útil definida e vida útil indefinida. A macro função Siafi 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, define a vida útil como sendo “o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo”.

Marcas e Patentes Industriais - registra os valores relativos a bens intangíveis, englobando os gastos com registro de marca, nome, invenções próprias, além de desembolsos a terceiros por contratos de uso de marcas, patentes ou processos de fabricação (tecnologia).

Direito de Uso – A conta Direito de Uso, representa os bens móveis e imóveis com origem em contratos de arrendamentos, com vigência acima de 12 meses, registrados nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Os contratos de arrendamento da EBSERH com terceiros não possuem juros explícitos. Os valores das parcelas são atualizados anualmente com base nos índices de inflação pactuados nos contratos, desta forma os valores são apresentados a valor de mercado, na data a apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias. Devido as especificidades da execução orçamentária e financeira no setor público, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, incluiu orientações sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação de arrendamento no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor público, MCASP, 10ª edição. O prazo para adequações dos sistemas (SIAFI) está previsto para 2027, com obrigatoriedade de registro contábeis em 2028, conforme Portaria STN nº 1.569, de 11/12/2023. A EBSERH, mesmo obrigada a cumprir as especificidades de Empresa que realiza a gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos termos dos regimentos do setor público, por ser uma Empresa dependente do tesouro nacional, apresentar os Contratos de Arrendamento em seus Demonstrativos Contábeis utilizando a melhor técnica e ferramentas disponíveis.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

O grupo Obrigações Trabalhistas compreende as obrigações com folha de pessoal apropriadas pelo regime de competência, conforme quadro abaixo:

Obrigações Trabalhistas a Pagar	30.09.2025	31.12.2024
Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar	374.409.451,65	388.663.186,63
Décimo Terceiro Salário a Pagar	130.569.148,05	-
Férias a Pagar	504.354.383,92	631.223.972,11
Benefícios Assistenciais a Pagar	8.664.283,01	7.779.809,39
FGTS	91.588.564,51	41.589.905,35
INSS - Contribuição Sobre Salários e Remuneração	383.764.220,02	132.132.162,98
PSS - Contribuição sobre Salários e Remuneração	46.398,86	-
TOTAL	1.493.396.450,02	1.201.389.036,46

Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar – Inclui as obrigações com folha de pessoal apropriadas pelo regime de competência. Ressalta-se que o recurso financeiro referente a esta obrigação se encontra assegurado no ativo, na conta Caixa Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento.

Décimo Terceiro Salário a Pagar - Refere-se à apropriação de proporcional de décimo terceiro sobre a folha, que deverá ser quitado até dezembro, o que justifica a variação no período. A apropriação proporcional é registrada mensalmente conforme cálculo da Diretoria de Gestão de Pessoas. Os valores de INSS e FGTS sobre o 13º Salários estão reconhecidos nas contas específicas dessas obrigações.

Férias a Pagar – São registradas com base em relatórios emitidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), incluindo o proporcional de férias e abono constitucional de 1/3 (um terço) de férias. Os encargos patronais (20% INSS, a Contribuição Previdenciária relacionada a Riscos Ambientais do Trabalho – RAT ajustado, e as Contribuições Previdenciárias para Terceiros relacionadas ao Salário Educação, Inkra, SENAC, SESC, SEBRAE) foram reclassificados para as contas específicas dessas obrigações, resultado na redução de saldos no período.

Benefícios Assistenciais a Pagar – Registra as obrigações relativas aos benefícios assistenciais concedidos diretamente ou indiretamente ao empregado, quando obedecidos os critérios estabelecidos para sua concessão no Plano de Benefícios aprovado para a EBSERH e firmado no Acordo Coletivo de Trabalho, liquidados e ainda não pagos. O passivo normalmente é pago no primeiro dia útil do mês seguinte.

Fundo de Garantia do Tempo de serviço – FGTS – Registra os valores relativos a título de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) incidentes sobre salários e remunerações de pessoal, 13º Salário a Pagar e Férias a Pagar. O saldo refere-se aos valores reconhecidos na competência de setembro de 2025. Normalmente o pagamento é realizado até a data de vencimento do tributo.

Contribuição Previdenciária Sobre Salários e Remuneração – INSS – Refere-se ao patronal e retenções sobre folha a recolher, cuja apuração é realizada com base nas informações do e-Social e de relatório de gestão de 13º Salário a Pagar e Férias a Pagar.

PSS – Contribuição Sobre Salários e Remuneração – Registra os valores relativos as contribuições patronais para custeio do plano de seguridade social do servidor, conforme art. 3º e 4º da Lei nº 8.688 de 21/07/93.

13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	30.09.2025	31.12.2024
Contas a Pagar Credores Nacionais	163.778.915,35	78.561.643,32

Representa o conjunto de obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos, classificado como passivo circulante. São reconhecidos tanto os valores das notas fiscais, quanto dos demais documentos de cobrança correspondentes, que resultarão em futura execução financeira.

14. RETENÇÕES DE IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E OUTRAS RETENÇÕES

Retenções, Impostos, Contribuições e Outras Retenções	30.09.2025	31.12.2024
Retenções Previdenciárias - RGPS	41.569.393,88	48.074.946,58
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	163.117.803,20	223.641.982,03
Impostos e Contribuições Diversos Devidos	29.599.975,99	29.666.404,14
Imposto Sobre Serviço - ISS	1.735.256,25	508.513,44
Pensão Alimentícia	950.814,51	925.376,30
Outros Depósitos de Pessoal a Pagar	401.541,88	17.888,07
Depósitos por devolução de Valores	-	137,07
Taxa pela Prestação de Serviços	1.538,53	-
PSSS - Vencimentos e Vantagens	23.470,47	-
TOTAL	237.399.794,71	302.835.247,63

Retenções Previdenciárias – RGPS – Registra o valor a recolher das retenções dos segurados da folha de pagamento da Ebserh e de serviços de terceiros com dedicação de mão de obra exclusiva, a ser recolhido ao fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Os valores serão recolhidos quando da quitação das contribuições previdenciárias, que ocorre até o 20º dia do mês seguinte ao período de apuração.

Imposto de Renda Retido na Fonte Devido ao Tesouro Nacional – Registra os valores a recolher referentes às retenções na fonte do imposto sobre a renda, relativas às importâncias pagas a terceiros ou creditadas a servidores ou empregados, sobre as quais incida o Imposto sobre Renda Retido na Fonte (IRRF), devido ao Tesouro Nacional. Os valores serão recolhidos quando da quitação das contribuições previdenciárias, até o 20º dia do mês seguinte ao período de apuração. O saldo de 2025 é menor em razão da retenção sobre o décimo terceiro salário pago na folha de novembro de 2024.

Impostos e Contribuições Diversos Devidos – Registra os valores referentes às retenções na fonte, pela entidade, de impostos e contribuições diversos (IR – Imposto sobre Renda, CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, PIS/PASEP – Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) relativas às importâncias pagas a terceiros, sobre os quais incidam os referidos tributos.

Imposto Sobre Serviço – ISS – Registra os valores do imposto sobre serviços retidos em consignações por força de legislação, circunstância ou acordo entre as partes envolvidas na transação, em situações em que a entidade, como parte contratante, atue como substituta tributária.

Pensão Alimentícia – Representa os valores que a EBSEH retém dos funcionários que são obrigados a pagar pensão alimentícia a dependentes. O montante se torna um passivo, pois gera a obrigação à Empresa em repassar os valores a quem os são de direito.

Outros Depósitos de Pessoal a Pagar – Valores referentes a salários a pagar provenientes de devolução bancária, que ficam em conta de retenção para posterior reapresentação ao banco.

Depósitos por devolução de Valores - registra os depósitos por devolução de valores não reclamados em decorrência de cancelamento de ordem bancária, tais como: pagamento de servidor ativo, inativo, pensionista ou de fornecedores. O valor deverá ficar registrado enquanto não for realizado novo pagamento ou deverá ser classificado como receita após definição da não realização do novo pagamento.

Taxa pela Prestação de Serviços – Registro de valores de curto prazo decorrentes de taxas pela prestação de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição.

PSSS - Vencimentos e Vantagens - Registra o valor das retenções procedidas em pagamentos de servidores regidos pela lei nº 8.112/90 a título de seguridade social a ser recolhido ao plano de seguridade social do servidor.

15. OBRIGAÇÕES TRANSITÓRIAS A CURTO PRAZO

Obrigações Transitórias de Curto Prazo	30.09.2025	31.12.2024
Planos de Previdência e Assistência	129.697,64	140.419,81
Retenções - Empréstimos e Financiamentos	30.688.272,97	28.342.174,80
Depósitos Retidos de Fornecedores	535.457,06	1.178.449,41
Depósitos Retidos de Pessoal ou Benefícios a Pagar	1.961.365,74	1.962.942,52
Glosa de Encargos Trabalhistas	5.255.833,59	1.145.827,58
Retenções - Entidades Representativas	944.863,58	786.879,16
Depósitos Retidos de Fornecedores	186.104.467,05	92.703.837,28
Indenizações, Restituições e Compensações	862.913,94	671.059,50
Diárias a Pagar	22.792,17	11.550,39
Depósitos e Cauções Recebidos	1.601.818,24	1.463.847,37
GRU - Valores Em Trânsito Para Estorno	-	175,84
Cartão de Pagamento do Governo - Saque	216.597,89	11.873,79
Cartão de Pagamento do Governo - Fatura	222.653,60	21.505,02
Transferências Financeiras	111.099.363,81	8.414.985,65
Obrigações com Entidades Municipais	31.105,03	74.784,55
Outros Consignatários	183.953,28	151.693,08
Adiantamentos Diversos Recebidos	153.864.025,32	129.178.525,32
Ordens Bancárias Canceladas	580,56	-
Indenizações, Restituições e Compensações	-	710,10
Obrigações com Entidades Estaduais	195.381,93	-
TOTAL	493.921.319,24	266.261.241,17

Planos de Previdência e Assistência – Representa os valores que os empregados autorizam a EBSERH a reter e repassar a entidades de previdência e assistência complementares.

Retenções – Empréstimos e Financiamentos – Trata-se dos valores retidos em folha em relação a empréstimos consignados dos funcionários. O valor se torna um passivo, pois gera a obrigação da Empresa em repassá-lo a instituições financeiras.

Depósitos Retidos de Fornecedores – Registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos recebidos ou retidos de fornecedores em função de aplicação de multas e outras determinações.

Depósitos Retidos de Pessoal ou Benefícios a Pagar – Registra os valores de obrigações exigíveis até o curso do exercício seguinte, decorrentes de depósitos retidos de pessoal ou benefícios a pagar para posterior destinação.

Glosa de Encargos Trabalhistas – Registra o valor glosado das faturas dos prestadores de serviços para garantir o pagamento de férias, 13º salário e multa rescisória, nos casos de dispensa sem justa causa. A base legal é a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 98/2009 e o valor é recolhido em conta vinculada ao respectivo contratante.

Retenções – Entidades Representativas – Registra os descontos efetuados em folha de pagamento de pessoal, para posterior recolhimento, a favor de instituições representativas de classe.

Depósitos Retidos de Fornecedores – Registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos recebidos ou retidos de fornecedores para cumprimento de obrigações trabalhistas para contratado, conforme dispõe o art. 121 da lei 14.133/2021 - lei de licitações e contratos administrativos e demais instrumentos. Essas garantias passaram a ser reconhecidas em 2025 no Balanço Patrimonial de todas as entidades do Setor Público Federal, que executa no SIAFI, por determinação do Acordão do TCU 2.717/2023.

Os valores são controlados também no ativo, ver Nota 4, item Garantias.

Indenizações, Restituições e Compensações – Registra as obrigações relativas a indenizações, restituições e compensações.

Diárias a Pagar – Valores de diárias a pagar com origem em processos administrativos das unidades gestoras.

Depósitos e Cauções Recebidos – Registra os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos ou cauções pela entidade, vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações específicas.

GRU - Valores Em Trânsito Para Estorno – Registra a classificação da arrecadação de guias de recolhimento da União.

Cartão de Pagamento do Governo – Saque – Registra os valores referentes a despesas com pagamento antecipado, pendentes de saque, com uso do cartão de pagamento do Governo Federal.

Cartão de Pagamento do Governo – Fatura – Registra os valores referentes a despesas com suprimento de fundos, pendentes de pagamento da fatura, com uso do cartão de pagamento do governo federal.

Transferências Financeiras – Registra a apropriação de passivo decorrente de transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), pendente de comprovação em Termo de Cumprimento de Objeto.

UG Conveniente	Razão Social	UG Concedente	Descrição Concedente	Conta Corrente	Transferência - Dia Final Vigência	Passivo - 218920600	Apresentar RCO - 120 dias	Análise RCO - 180 dias
155007	EBSERH SEDE	158195	Universidade Federal De Campina Grande	684952	30/10/2018	2.000.000,00	27/02/2019	26/08/2019
155007	EBSERH SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969221	31/10/2027	3.199.999,32	28/02/2028	26/08/2028
155007	EBSERH SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969222	31/10/2026	10.267.433,84	28/02/2027	27/08/2027
155007	EBSERH SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969225	30/09/2027	14.000.000,00	28/01/2028	26/07/2028
155007	EBSERH SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969227	30/04/2026	8.700.000,00	28/08/2026	24/02/2027
155007	EBSERH SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969228	31/10/2026	926.205,34	28/02/2027	27/08/2027
155007	EBSERH SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969230	31/01/2027	1.425.000,00	31/05/2027	27/11/2027
155007	EBSERH SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969231	31/10/2026	15.570.460,00	28/02/2027	27/08/2027
155007	EBSERH SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969233	30/01/2027	2.750.000,00	30/05/2027	26/11/2027
155007	EBSERH SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	969234	30/03/2026	9.998.208,71	28/07/2026	24/01/2027
155007	EBSERH SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	971681	30/07/2025	8.018.220,10	27/11/2025	26/05/2026
155007	EBSERH SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	972173	31/12/2025	12.636.048,37	30/04/2026	27/10/2026
155007	EBSERH SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	973729	31/12/2025	15.428.374,57	30/04/2026	27/10/2026
155008	HUPI-UFPI	154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	944284	24/08/2025	1.485.473,01	22/12/2025	20/06/2026
155012	HUCAN-UFES	153047	Hospital Universitário C. Antonio Morais/Ufes	1AAAZD	07/12/2020	894.702,50	06/04/2021	03/10/2021
155012	HUCAN-UFES	153047	Hospital Universitário C. Antonio Morais/Ufes	1AADFH	30/09/2021	11.967,60	28/01/2022	27/07/2022
155012	HUCAN-UFES	153047	Hospital Universitário C. Antonio Morais/Ufes	698864	11/06/2020	218.740,00	09/10/2020	07/04/2021
155015	MEJC-UFRN	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nac. de Saúde	1AACXL	08/11/2022	81.763,99	08/03/2023	04/09/2023
155909	CH - UFPA (HUBFS/HUJBB)	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nac. de Saúde	1AADLK	16/12/2025	3.000.000,00	15/04/2026	12/10/2026
155007	EBSERH SEDE	257001	MS - Ministério da Saúde	973806	31/12/2025	486.766,46	30/04/2026	27/10/2026
Total						111.099.363,81		

Em relação aos TED com vigência final expirada, informa-se que está em curso ações para que seja providenciado as prestações de contas e regularizações e as conclusões dos instrumentos.

Obrigações com Entidades Municipais – Registra os valores exigíveis a curto prazo, decorrentes de obrigações junto a entidades municipais, não abarcados por contas específicas.

Outros Consignatários – Consignações retidas pela entidade, sujeitas a recolhimentos ou pagamentos aos favorecidos.

Adiantamentos Diversos Recebidos – Registra os valores exigíveis decorrentes de obrigações com terceiros, para os quais não haja contas específicas neste plano. No caso concreto, registra os valores dos estoques de medicamentos assistenciais e judicializados, oriundos de programas estratégicos do SUS e de ações judiciais, não adquiridos pelos Hospitais ou pela EBSERH, que ficam sob sua guarda até a dispensação ou aplicação aos pacientes. Esses medicamentos eram anteriormente reconhecidos como doação, mas a partir de 2023, por instrução da CGU, passaram a ser reconhecidos como Estoques e, em contrapartida, registrou-se o passivo.

Ordens Bancárias Canceladas - São valores de ordens bancárias canceladas pelo ordenador de despesa após remessa de relação ao banco, ou por este na falta de autorização de pagamento pelo ordenador. O valor fica no passivo para que seja regularizado pois a obrigação com o credor ainda persiste.

Indenizações, Restituições e Compensações – Registra o valor das despesas decorrentes de indenizações, restituições e compensações.

16. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO A PAGAR

Contratos de Arrendamento	30.09.2025	31.12.2024
Circulante - Curto Prazo	29.008.802,89	11.998.565,32
Não Circulante - Longo Prazo	15.496.366,18	8.236.803,79
TOTAL	44.505.169,07	20.235.369,11

Compreendem as obrigações referentes a arrendamentos, nos quais são transferidos ao arrendatário (EBSERH) os benefícios inerentes à propriedade do ativo. Compreende a contrapartida do Direito de Uso de Bens Imóveis registrado no intangível.

No arrendamento de curto prazo, a rubrica se refere a obrigações a pagar sobre contratos de locação e aluguel de bens móveis e imóveis, classificados como contratos de arrendamentos no ativo, com base na vigência contratual, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

No arrendamento de longo prazo, o saldo é atualizado conforme relatório de execução de contratos de arrendamento de longo prazo, também conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Para mais detalhamento sobre a variação no período, consulte a [Nota Explicativa 11](#) – Intangível.

17. RECEITA DIFERIDA – SUBVENÇÕES

Subvenções a Realizar	30.09.2025	31.12.2024
VPA Diferida	669.694.917,83	1.540.885.709,34

Representa o diferimento de subvenções de Receitas disponíveis para aplicação de custeio nos Hospitais Universitários sob gestão da EBSERH, em setembro de 2025.

O registro das subvenções a aplicar busca alcançar um equilíbrio entre os recursos recebidos ou a receber que geraram receita no momento do reconhecimento e serão, obrigatoriamente, aplicados no custeio das atividades dos hospitais da EBSERH e da SEDE, gerando despesas quando de sua aplicação. A base de cálculo para registro e atualização é fornecida pelos Serviços de Gestão Orçamentária e Financeira, de Execução Orçamentária e Financeira e de Planejamento Orçamentário, subordinados à Diretoria de Orçamento e Finanças.

A Subvenção de Custeio SUS a Realizar tem como alicerce o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais e a Nota Técnica SEI nº 21/2019/SC/CCF/DOF-EBSERH, Processo nº 23477.005266/2019-66 (documento SEI nº 1678224).

18. PROVISÕES PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

Composição Total

Passivos Contingentes	30.09.2025	31.12.2024
Provisão para Indenização Trabalhista	1.102.231.389,45	728.031.008,43
Provisão para Indenização Cível	222.442.888,18	231.624.387,68
TOTAL	1.324.674.277,63	959.655.396,11

Passivos Contingentes	30.09.2024	31.12.2023
Provisão para Indenização Trabalhista	700.033.668,56	669.869.896,59
Provisão para Indenização Cível	227.804.415,81	247.082.023,52
TOTAL	927.838.084,37	916.951.920,11

Composição Detalhada das Contingências Prováveis

Passivos Contingentes Prováveis	30.09.2025	31.12.2024
Provisão para Indenização Trabalhista	318.620.090,97	404.543.400,47
Provisão para Indenização Cível	7.908.149,77	23.870.481,77
TOTAL	326.528.240,74	428.413.882,24

Passivos Contingentes Prováveis	30.09.2024	31.12.2023
Provisão para Indenização Trabalhista	401.448.673,67	377.817.006,55
Provisão para Indenização Cível	33.503.810,19	37.263.680,82
TOTAL	434.952.483,86	415.080.687,37

Composição Detalhada e Movimentação das Contingências Possíveis

Passivos Contingentes Possíveis	30.09.2025	31.12.2024
Provisão para Indenização Trabalhista	734.956.462,15	307.477.394,65
Provisão para Indenização Cível	107.363.396,74	85.255.473,86
TOTAL	842.319.858,89	392.732.868,51

Passivos Contingentes Possíveis	30.09.2024	31.12.2023
Provisão para Indenização Trabalhista	282.451.408,80	269.297.050,72
Provisão para Indenização Cível	72.234.609,53	90.222.492,08
TOTAL	354.686.018,13	359.519.542,80

Composição Detalhada e Movimentação das Contingências Remotas

Passivos Contingentes Remotos	30.09.2025	31.12.2024
Provisão para Indenização Trabalhista	48.654.836,33	16.010.213,31
Provisão para Indenização Cível	107.171.341,67	122.498.432,05
TOTAL	155.826.178,00	138.508.645,36

Passivos Contingentes Remotos	30.09.2024	31.12.2023
Provisão para Indenização Trabalhista	16.133.586,09	22.755.839,32
Provisão para Indenização Cível	122.065.996,09	119.595.850,62
TOTAL	138.199.582,18	142.351.689,94

Provisões para Causas Judiciais

A Consultoria Jurídica da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserrh, no exercício de suas atribuições institucionais, promoveu, com a publicação da Norma Operacional – SEI nº 1/2023/CONJUR/PRES-EBSERH, relevante alteração metodológica no processo de classificação, quantificação e atualização dos valores de provisionamento dos passivos contingentes dos processos judiciais e extrajudiciais envolvendo a empresa.

A nova norma operacional revogou integralmente a Ordem de Serviço – SEI nº 6/2021/CONJUR/PRES e estabeleceu critérios mais precisos e uniformes para a avaliação da expectativa de condenação e para a estimativa dos valores a serem provisionados, promovendo, assim, maior aderência às boas práticas jurídicas e contábeis aplicáveis à gestão pública.

Comparativamente, enquanto a metodologia anterior, prevista na Ordem de Serviço nº 6/2021, já se baseava no Pronunciamento Técnico CPC 25 e exigia a classificação dos processos como “provável”, “possível” ou “remoto”, bem como a estimativa de valores com base na expectativa de condenação, a Norma Operacional nº 1/2023 aperfeiçoou esse modelo ao detalhar hipóteses objetivas para cada classificação, prever a inclusão de depósitos judiciais e honorários sucumbenciais na quantificação, uniformizar valores por objeto e tribunal, além de exigir a revisão do provisionamento sempre que houver eventos processuais relevantes. Com isso, buscou-se aumentar a precisão técnica, a padronização entre unidades e a confiabilidade dos dados fornecidos à área contábil.

Considerando essa mudança de metodologia, a Consultoria Jurídica concluiu, em junho de 2025, o processo de atualização da carteira de processos judiciais e extrajudiciais, adequando o provisionamento vigente aos parâmetros da nova norma. Atualmente, todos os processos com valores provisionados já se encontram classificados e quantificados conforme os critérios estabelecidos pela Norma Operacional – SEI nº 1/2023/CONJUR/PRES-EBSERH.

Ressalta-se, por fim, que a atividade de provisionamento jurídico constitui um processo contínuo e dinâmico, exigindo constante aperfeiçoamento técnico e metodológico. Nesse sentido, a Consultoria Jurídica mantém rotinas internas de aprimoramento, com vistas à fidelidade das estimativas de risco e à observância dos marcos normativos vigentes, assegurando a confiabilidade das informações prestadas à área contábil da Ebserrh.

Abaixo, apresentamos as ações agrupadas em demandas cíveis e trabalhistas, considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

Movimentação das Provisões e Passivos Contingentes para Causas Judiciais:

Natureza	30.09.2025	Adições	Reversão	Baixas	31.12.2024
Trabalhistas	1.102.231.389,45	821.463.223,51	(433.045.230,58)	(14.217.611,91)	728.031.008,43
Cíveis	202.442.888,18	75.273.135,88	(84.413.560,72)	(41.074,66)	231.624.387,68
TOTAL	1.324.674.277,63	896.736.356,39	(517.458.791,30)	(14.258.686,57)	959.655.396,11

Natureza	30.09.2024	Adições	Reversão	Baixas	31.12.2023
Trabalhistas	700.033.668,56	137.677.360,23	(103.170.321,54)	(4.343.266,72)	669.869.896,59
Cíveis	227.804.415,81	37.667.862,64	(56.808.217,36)	(137.252,99)	247.082.023,52
TOTAL	927.838.084,37	175.345.222,87	(159.978.538,90)	(4.480.519,71)	916.951.920,11

Para fins de registro de “adições”, são considerados tanto o ingresso de novas ações judiciais como a atualização positiva do provisionamento dos processos judiciais já existentes. Portanto, do valor total apontado, tem-se que R\$ 415.880.836,76 corresponde ao primeiro grupo e R\$ 405.582.386,75 ao segundo, no âmbito trabalhista; e R\$ 64.063.742,33 correspondem ao primeiro grupo e R\$ 11.209.393,55 ao segundo, no âmbito cível.

As “reversões” correspondem às atualizações negativas dos valores provisionados, seja por causa da reanálise feita em relação à expectativa de condenação dos processos, seja pela conclusão com desfecho da tese defendida de modo positivo para empresa, ou encerramento dos autos.

Ademais, para fins de registro como “baixa”, foram considerados os valores referentes a pagamentos efetuados, considerando Depósitos Judiciais ou Honorários Sucumbenciais, contra a provisão durante o período.

Os valores apresentados são extraídos de dados e relatórios a partir do Software Jurídico contratado pela Ebserh, sendo que, de julho de 2022 a janeiro de 2023, a Consultoria Jurídica passou por duas vezes pela substituição da empresa contratada para tanto. Sendo assim, a Consultoria Jurídica, visando sanear os processos e dados migrados entre os sistemas, vem realizando esforços para atualização contínua da sua base de dados.

Revisão do Provisionamento

Como já informado nas notas explicativas anteriores, a Consultoria Jurídica da Ebserh promoveu, entre o final de 2024 e o primeiro semestre de 2025, a implementação da *Norma Operacional – SEI nº 1/2023/CONJUR/PRES-EBSERH*, que passou a disciplinar os novos critérios para classificação, quantificação e atualização dos valores de provisionamento dos passivos contingentes da empresa.

Para a implementação na nova norma, foi estabelecido cronograma estruturado em quatro etapas: a) estabelecimento de campos obrigatórios de preenchimento no software jurídico; b) edição de ordem de serviço regulando o preenchimento de tais campos; c) realização de capacitações e treinamentos da equipe para aplicação da norma; e d) revisão geral da carteira de processos.

Ao longo da transição metodológica, foram realizados ajustes no software jurídico e estruturado um plano de ação institucional, executado ao longo do primeiro semestre de 2025. O plano envolveu a definição de campos obrigatórios no sistema jurídico, edição de orientação normativa, realização de capacitações internas e revisão integral da carteira de processos. A reclassificação foi realizada pelos advogados com atuação em contencioso, sob supervisão direta das chefias dos serviços jurídicos, com especial atenção aos processos de maior impacto financeiro.

A conclusão dos trabalhos deu-se em junho de 2025. Embora já tenha sido finalizada a tarefa, é importante registrar que a gestão do provisionamento permanece como atividade contínua. Novos andamentos e decisões judiciais demandam reavaliações constantes, motivo pelo qual os treinamentos e as ações de capacitação seguem sendo promovidos regularmente, de modo a assegurar a correta aplicação da norma em vigor.

Ações Trabalhistas

A Ebserh figura como parte passiva em reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados e ex-empregados, próprios ou vinculados a empresas prestadoras de serviços, bem como por sindicatos representativos das categorias profissionais. As demandas estão relacionadas, em sua maioria, a aspectos da relação laboral, tais como jornada de trabalho, horas extras, adicional noturno, adicional de insalubridade, cumprimento de acordos e convenções coletivas, indenizações, benefícios, responsabilidade subsidiária, acidente de trabalho, entre outros temas recorrentes no âmbito da Justiça do Trabalho.

Em 31/12/2024, a carteira de processos trabalhistas provisionados totalizava 5.244 ações. Já em 30/09/2025, esse número foi elevado para 7.699 processos.

Ações Cíveis

A Ebserh também compõe o polo passivo em ações cíveis que envolvem uma ampla gama de temas relacionados à sua atuação institucional. Dentre os principais objetos dessas demandas, destacam-se: aplicação de sanções administrativas; questões relativas a concursos públicos, como pontuação de provas e títulos, nomeação, reclassificação e acúmulo de vínculos; alegações de erro médico e responsabilidade civil por procedimentos e serviços assistenciais; fornecimento de medicamentos; pedidos de indenização por danos materiais e morais; controvérsias envolvendo o teto remuneratório; discussões sobre a natureza jurídica e os efeitos do contrato de gestão firmado com a universidade; programas de residência médica; processos licitatórios e contratos administrativos; desvio de função e outras matérias conexas à gestão hospitalar pública.

Em 31/12/2024, havia 1.766 processos cíveis com valores provisionados. Esse número evoluiu para 3.107 processos até 30/09/2025.

19. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado pelo valor inicialmente subscrito e integralizado por ocasião da constituição da EBSEH, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), mais integralizações de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), e capital exclusivo da União, conforme quadro abaixo:

Capital Social	DATA	30.09.2025
Capital Social Inicial - Registro SIAFI - 2012RA000001	2012	5.000.000,00
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 7050134	2020	376.384.237,75
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 16872481	2021	181.119.026,97
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 23651206	2022	119.056.780,94
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 39383686	2024	207.452.855,39
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 42527735	2024	247.774.659,32
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 48742120	2025	179.961.999,00
TOTAL		1.316.749.559,37

O Capital Social da EBSEH no fechamento do 3º trimestre de 2025, registrado na Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF) e atualizado na Receita Federal do Brasil (RFB), é de R\$ 1.316.749.559,37 (um bilhão, trezentos e dezesseis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e trinta e sete centavos).

Até o 3º trimestre de 2025 houve integralização de capital social no valor de R\$ 179.961.999,00 (cento e setenta e nove milhões, novecentos e sessenta e um mil e novecentos e noventa e nove reais).

20. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	30.09.2025	31.12.2024
Saldo Anterior AFAC	179.961.999,00	460.141.585,55
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	69.999.368,20	175.047.928,16
Integralização de AFAC ao Capital Social	(179.961.999,00)	(455.227.514,71)
TOTAL	69.999.368,20	179.961.999,00

Representa o aporte financeiro recebido para fins de investimento que aguarda processo de integralização ao Capital Social. Conforme orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade da União (CCONT) e da Coordenação-Geral de Participações Societárias (COPAR) (macro função 021122), todos os aportes orçamentários e financeiros feitos pelo Governo Federal a partir de 2017 destinados a investimentos estão registrados na conta AFAC, no Patrimônio Líquido.

21. PREJUÍZOS ACUMULADOS

O resultado acumulado é composto pelo somatório das contas Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores, Ajustes de Exercícios Anteriores e Resultado do Período, demonstrado a seguir:

Prejuízos Acumulados	30.09.2025	31.12.2024
Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(1.217.900.853,91)	(1.076.328.801,49)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(14.700.217,16)	(9.691.136,66)
Resultado do Período	(21.630.634,92)	(131.880.915,76)
TOTAL	(1.254.231.705,99)	(1.217.900.853,91)

Ressalta-se que, pelo fato de a EBSERH ser uma empresa pública dependente do governo federal, conforme explicitado nas Notas Explicativas 1, não há objetivo de auferir lucros. Os constantes resultados negativos, são ocasionados pelos registros de despesas com base no fato gerador pelo regime de competência

21.1 AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Em 2025, a EBSERH detectou eventos do ano anterior, 2024, que não foram registradas nas Demonstrações Contábeis Intermediárias desse período porque foram identificadas após o encerramento do ano fiscal de 2024. Para se adequar à legislação societária, conforme a Lei 6.404/76, e seguir o regime de competência, foi realizado em 2025 na conta de ajustes de exercício anterior.

Ressalta-se que foram reconhecidas dívidas de exercícios anteriores no valor de R\$ 8 milhões de reais, reconheceu-se também como ajuste de exercícios anteriores despesas patrimoniais, como amortização de arrendamentos, no valor de R\$ 1 milhão de reais, e ajustes relacionados a gestão de estoque de materiais de consumo, no valor de R\$ 2,5 milhões de reais. Por fim, reconheceu como ajuste valores relacionados a folha de pagamento no valor de R\$ 4,9 milhões de reais.

O reconhecimento dos ajustes tem como objetivo cumprir o regime de competência e, ao mesmo tempo, apresentar resultados contábeis fidedignos para a entidade, sem afetar o resultado apurado em 2025.

Até o final do exercício corrente será analisado a possibilidade de reconhecimento das despesas como fato extemporâneo, considerando a materialidade, ou então, a rerepresentação retrospectiva dos saldos em exercício anterior, conforme prevê o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

22. RECEITA BRUTA

Em 2025, a Receita Bruta totalizou R\$ 269.829.545,46, representando uma elevação de R\$ 124.490.066,84 (86%) em comparação ao período do 3º Trimestre de 2024, que registrou R\$ 145.339.478,62. Essa variação está associada principalmente ao recolhimento de taxas de inscrição para concursos celebrados em 2025.

Receita Bruta	30.09.2025	30.09.2024
Valor Bruto Exploração de Bens, Direitos e Serviços	269.829.545,46	145.339.478,62

23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A Ebsersh está em processo de análise para implantação de um sistema de gestão de custos, que permitirá informações gerenciais específicas sobre despesas diretamente relacionadas às receitas provenientes dos contratos celebrados com os gestores do SUS. Contudo, no momento da publicação das Demonstrações Contábeis Intermediárias, a Empresa ainda não dispõe de informações que segreguem os custos contábeis das despesas contabilizadas.

24. DESPESA COM PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS

A despesa com pessoal, encargos e benefícios é executada de forma centralizada na matriz, abrangendo a gestão de pessoas das 40 filiais e da sede administrativa. Esse grupo de despesas constitui a maior parte dos gastos da Ebserh, representando 71% do total das despesas da Empresa em 2025, a mesma representatividade que em 2024.

Houve uma elevação nas despesas com pessoal em relação ao período do anterior. Essa variação decorre, principalmente, do aumento no número de empregados durante o período, conforme detalhado na [Nota 1](#), e do reajuste salarial concedido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigente.

24.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL

Abaixo estão detalhados os valores referentes à remuneração de pessoal, com comparativo entre os períodos de 2025 e 2024:

Remuneração a Pessoal	30.09.2025	30.09.2024
Vencimentos E Salários	3.573.347.314,65	2.998.510.763,07
Adicionais	562.709.477,09	508.519.898,91
Gratificações	182.573.368,84	170.906.261,46
Férias	216.056.273,95	169.882.524,15
13. Salário - RGPS	409.128.212,49	404.144.997,03
Sentenças Judiciais - Ativo Civil	32.305.286,06	24.451.229,80
Outras VPD Fixas e Variáveis	-	25.689,72
Abonos	3.875,64	-
TOTAL	4.976.123.808,72	4.276.441.364,14

***Adicionais:** Adicional Noturno, Insalubridade e Periculosidade

A variação total de 16,4% na remuneração a pessoal entre os períodos de 2025 e 2024 reflete o aumento no quadro de empregados, a concessão de reajustes salariais conforme o Acordo Coletivo de Trabalho vigente, na data base de 01, e o impacto das atualizações nos adicionais e gratificações previstas legalmente.

O Acordo Coletivo de Trabalho 204/2026 está disponível em: <https://sindsepmg.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Acordo-Coletivo-de-Trabalho-Ebserh-2024-2026.pdf>

24.2 ENCARGOS PATRONAIS

A seguir estão os valores relacionados aos encargos patronais da EBSERH, com comparativo entre os períodos de 2025 e 2024:

Encargos Patronais	30.09.2025	30.09.2024
Contribuições Previdenciárias	1.292.083.036,64	1.079.733.893,50
FGTS	447.152.775,58	319.157.574,42
Encargos Pessoal Requisitado de Ou	609.789,30	235.741,02
TOTAL	1.739.845.601,52	1.399.127.208,94

A elevação de 21% nos encargos patronais reflete o aumento do quadro de empregados. Além disso, observa-se a inclusão de encargos relacionados a pessoal requisitado de outros órgãos no período.

24.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL

De acordo com a Lei nº 13.303/2016 (que trata sobre o estatuto jurídico das empresas públicas) e com base no art. 22 do Regulamento de Pessoal da EBSERH, considera-se "benefício" qualquer vantagem, in natura ou pecuniária, concedida ao empregado conforme os critérios estabelecidos no Plano de Benefícios aprovado pela Empresa e no Acordo Coletivo de Trabalho.

Os benefícios espontâneos concedidos pela EBSERH são detalhados a seguir, com os valores comparativos entre os períodos de 2025 e 2024:

Benefícios a Pessoal	30.09.2025	30.09.2024
Auxílio Alimentação	409.804.834,86	295.834.506,74
Auxílio Transporte	10.746.705,82	7.500.090,48
Ajuda de Custo	104.931,78	185.018,30
Assistência à Saúde	64.054.123,44	54.824.878,99
Auxílio Creche	64.241.779,94	51.085.314,26
Auxílio Deficiente - Acordo Coletivo	5.214.256,49	3.788.705,23
Auxílio Moradia	220.769,06	181.774,82
TOTAL	554.387.401,39	413.400.288,82

A variação de 55% nos benefícios a pessoal pode ser atribuída ao aumento do número de empregados e principalmente à atualização dos valores do auxílio alimentação, auxílio creche na data base de 01 de março de 2024 e 01 de março de 2025, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho 204/2026, disponível em: <https://sindsepmg.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Acordo-Coletivo-de-Trabalho-Ebserh-2024-2026.pdf>

23.4 OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

As demais despesas com pessoal e encargos são detalhadas a seguir, com os valores comparativos entre 2025 e 2024:

Outras Despesas com Pessoal e Encargos	30.09.2025	30.09.2024
Indenizações e Restituições Trabalhista	28.132.612,98	25.762.615,83
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	1.275.098,45	1.253.509,94
Sentenças Judiciais - Pessoal Ativo	6.567.415,33	-
TOTAL	35.975.126,76	27.016.125,77

Indenizações e Restituições Trabalhistas – Evidencia o pagamento de verbas indenizatórias e de rescisão contratual.

Pessoal Requisitado de Outros Órgãos – Registra a despesa com reembolso de pessoal cedido por outros órgãos ou entes à EBSERH.

25. USO DE MATERIAL DE CONSUMO

Uso de Material de Consumo	30.09.2025	30.09.2024
Consumo de Materiais Estocados	351.833.257,48	290.940.001,88
Consumo de Softwares de Base	180.559,23	15.447,92
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	649.505,47	1.360.502,20
Consumo de Gêneros de Alimentação	19.741.135,53	18.744.284,40
Consumo de Material De Processamento de Dados	3.177.887,38	1.469.933,08
Consumo de Material Farmacológico	242.803.605,60	212.572.429,68
Consumo de Material Hospitalar	338.385.206,90	254.142.796,51
Consumo de Material para Produção	21.616,56	3.106.745,82
Material de Consumo Imediato	21.143.325,26	27.967.604,31
Material de Caráter Secreto ou Reservado	1.333,21	-
Consumo de Material de Uso Duradouro	6.412.085,40	3.128.773,69
Consumo de Outros Materiais	1.568.350,39	13.100.317,62
Perdas Involuntárias com Estoques	20.872.585,16	13.585.577,06
TOTAL	1.006.790.453,57	840.134.414,17

Consumo de Materiais Estocados, Consumo de Material Farmacológico, Consumo de Material Hospitalar – São os tipos materiais de consumo com maior impacto nas despesas com insumos, visto que são matérias-primas essenciais para a prestação do serviço hospitalar. A conta de Consumo de Materiais Estocados representa os estoques classificados sem o detalhamento por natureza de despesa e contém todos os tipos de despesas de bens de material de consumo do grupo.

Perdas Involuntárias com Estoques – Registra o desfazimento físico involuntário de bens de estoque com perda por validade, por quebra, e outros motivos que impossibilita a utilização do material. Contabiliza-se também como perda involuntária os ajuste de estoque para efetivação de baixa de saldos contábeis com base em processos de não evidenciação do material em estoque.

26. SERVIÇOS TOMADOS

Compreendem as despesas provenientes da prestação de serviços fornecidos a entidade, como demonstrado a seguir:

Serviços Tomados	30.09.2025	30.09.2024
Diárias, Serviço de Transporte, Passagem e Hospedagem	9.430.375,86	7.024.184,62
Serviços Técnicos, de Apoio Administrativo e Operacional	1.385.883.743,03	1.119.942.909,19
Serviços Educacionais e Culturais	7.086.476,76	6.643.520,03
Sentenças Judiciais - Serviços de Terceiros	2.418.111,72	518.941,57
Serviços de Comunicação, gráfico e Audiovisual	3.751.645,29	4.651.055,74
Serviço de Água, Esgoto, Energia Elétrica e Gás	139.156.450,87	136.626.932,27
Serviços administrativos	12.969,66	-
Fornecimento de Alimentação	95.406.333,20	81.796.693,83
Locação e Arrendamento Mercantil	25.936.723,74	26.018.057,35
Contrato de Terc. por Subst. de M.	10.007.029,03	-
Serviços Assistenciais - Pj - Intr	262,90	-
TOTAL	1.679.090.122,06	1.383.222.294,60

Diárias, Serviço de Transporte, Passagem e Hospedagem – Registra a despesa com a utilização de diárias pagas aos servidores, empregados públicos e colaboradores eventuais, despesas com passagem aéreas e terrestres, hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

Serviços Técnicos, de Apoio Administrativo e Operacional – Representa o custeio com a contratação de serviços de terceiros com a finalidade de manutenção da capacidade operacional da EBSERH.

Serviços Educacionais e Culturais – Registra as despesas provenientes da utilização de serviços de conferências, exposições, espetáculos e estágios, incluindo ressarcimento de percentual de mensalidade de cursos de graduação, pós-graduação e língua estrangeira. Registra, também, o auxílio transporte concedido aos estagiários e as despesas com concurso público para recrutar empregados.

Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros – Valores pagos a título de custas processuais.

Serviços de Comunicação, Gráficos e Audiovisuais – Em sua grande parte, despesa com publicação de matéria em Diário Oficial, além de gastos com telefonia.

Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica e Gás – Representa as despesas com os concessionários de serviços de fornecimento de água, tratamento de esgoto, energia elétrica e gás.

Fornecimento de Alimentação – Representa a despesa com a contratação de serviço de fornecimento de alimentação nas unidades que não têm ou não utilizam refeitório próprio.

Locação e Arrendamentos – Registra o impacto da despesa com contratos classificados como aluguel, locação e arrendamento conjugados com serviços. São despesas de locação de bens móveis, tais como equipamentos, máquinas e aparelhos, e bens imóveis no âmbito da EBSERH, na maior parte dos contratos existe prestação de serviços.

27. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT

Depreciação, Amortização e Impairment	30.09.2025	30.09.2024
Depreciação de Bens Móveis	77.090.690,58	61.591.634,18
Amortização de Intangível	32.234.127,25	17.359.920,93
Amortização de Imobilizado	7.246.881,15	5.888.711,80
TOTAL	116.571.698,98	84.840.266,91

A depreciação e a amortização representam a perda de valor de um imobilizado ou intangível decorrente de seu uso, do desgaste natural ou de sua obsolescência. A variação positiva da depreciação decorre do aumento do patrimônio e, conseqüentemente, do aumento linear do ativo imobilizado e intangível. Vide a [Nota Explicativa 10.3](#) que trata sobre a depreciação e redução ao valor recuperável do imobilizado e a [Nota Explicativa 11](#) para a amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

A variação no total de depreciação, amortização e *impairment* reflete principalmente o aumento na depreciação de bens móveis, que pode ser atribuído ao crescimento do patrimônio imobilizado. As despesas com amortização de intangível e amortização de imobilizado também aumentaram devido a novos investimentos nos respectivos ativos.

28. PERDAS INVOLUNTÁRIAS E DESFAZIMENTOS

Perdas Involuntárias e Desfazimentos	30.09.2025	30.09.2024
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	3.076.283,11	4.672.215,24

Registram as perdas com o desfazimento físico involuntário de bens móveis, bens não localizados, bens reclassificados para bens não ativáveis por critério técnico, devolução de bens em comodato registrado no SIADS, baixa de bens com defeitos, substituídos durante a cobertura da garantia, e outras baixas para fins de regularização patrimonial.

Principais motivos de registros de perdas em 2025 foram:

Motivos/ causa das perdas	30.09.2025
Erro registro	935.873,81
Desfazimento	728.669,59
Bens em comodatos	564.228,65
Reclassificação de despesa	374.339,59
Bens em garantia	282.296,81
Apuração bens não localizados	168.598,14
Adequação de registro patrimonial	22.276,52
TOTAL	3.076.283,11

29. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Provisões de Riscos Fiscais	30.09.2025	30.09.2024
VPD de Prov. p/ Riscos Trabalhista	45.946.470,23	45.291.294,15
VPD de Prov. p/ Riscos Cíveis	502.555,10	964.524,73
TOTAL	46.449.025,33	46.255.818,88

As despesas com provisões de riscos trabalhistas e cíveis têm origem no reconhecimento de passivos judiciais classificados como prováveis. Os detalhes referentes aos critérios de reconhecimento, mensuração e controle das provisões de riscos estão descritos na [Nota Explicativa 18](#).

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Despesas Tributárias	30.09.2025	30.09.2024
Contribuição p/ Serviço Iluminação	506.807,38	493.861,50
Imposto s/ Propriedade Predial e Ter. Urbano	430.332,02	262.763,46
Imposto sobre Propriedade de Veículo	3.999,21	2.763,11
Imposto sobre Operações Financeiras	128.120,85	10.125,67
Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza	1.666,63	2.300,89
Imposto s/ Importação	844,49	1.266,73
Taxas	814.546,49	714.669,99
Outras Contribuições	2.192,67	3.179,96
TOTAL	1.888.509,74	1.490.931,31

Contribuição Para Serviço de Iluminação Pública – Apropriação de despesa de contribuição de iluminação pública.

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) – Apropriação da despesa de IPTU em imóveis ocupados ou locados pela EBSERH.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) – Apropriação de despesa com IPVA.

Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – Pagamento de tributo sobre remessa de recurso ao exterior.

Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza – Apropriação de despesa com ISS.

Imposto S/ Importação – Apropriação com despesa imposto de importação

Taxas – Despesa com taxa de limpeza pública, fiscalização e funcionamento, alvarás de funcionamento, fiscalização sanitária, análise de projetos e outras taxas.

Outras Contribuições – Apropriação de despesa com taxas junto a Conselho de Classe e taxa de fiscalização e licenciamento de funcionamento da unidade.

31. OUTRAS DESPESAS

Outras Despesas Operacionais	30.09.2025	30.09.2024
Indenizações	275.675,55	192.618,69
Restituições	96.553,94	187.955,59
Transferências ao Exterior - Contr	68.678,53	4.058.849,05
Contribuições	8.792,61	18.834,95
Transferências Voluntárias	4.243.501,50	764.602,65
Ajuste para Perdas e Demais Credi	2.632.983,31	-
TOTAL	7.326.185,44	5.222.860,93

Indenizações – Representam reembolsos a empregados por pagamentos de despesas da EBSERH, ressarcimentos de transporte mobiliário de empregados movimentados por interesse da Empresa e outros ressarcimentos.

Restituições – Compreendem pagamentos de reembolso de despesas e devolução de financeiro a parceiros para execução de termo de cooperação técnica.

Contribuições – Registra despesas com anuidades e retenções tributárias.

Transferências ao Exterior – corresponde a contraprestação de bens e serviços pagos a fornecedores e prestadores domiciliados no exterior.

32. RECEITAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	30.09.2025	30.09.2024
Outros Juros E Encargos De Mora	49.053,04	1.464,48
Multas Administrativas	4.233.753,52	1.814.676,04
Juros e Enc. de Mora Sobre Cred. Tributário	2.274.481,47	-
TOTAL	6.557.288,03	1.816.140,52

A conta Receitas Financeiras é composta principalmente por multas administrativas, que representam a arrecadação de valores relativos à quebra de contrato por parte dos fornecedores de material ou serviço, que por descumprimento de cláusulas contratuais foram autuados e multados.

33. DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	30.09.2025	30.09.2024
Multas	1.151.513,69	145.271,59
Juros	87.301,61	24.684,30
Encargo Financeiros	35.309.865,90	5.182,69
TOTAL	36.548.681,20	175.138,58

Multas e Juros – Representa os pagamentos de multas e juros relacionados aos atrasos no recolhimento de tributos retidos (INSS, IRRF, PIS, COFINS e CSLL) e multas administrativas originárias de atuação dos órgãos de fiscalização e controle, em especial o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) em 2023 o montante é em grande parte relacionado a atuação do MTE.

Encargos Financeiros – Referem-se a descontos financeiros concedidos em recebimentos de Guia de Recolhimento da União (GRU).

34. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

Receita de Subvenções	30.09.2025	30.09.2024
Subvenção do Tesouro Nacional	7.809.548.391,97	6.542.697.774,50
Subvenção de Custeio SUS	2.124.865.719,93	1.679.834.026,48
TOTAL	9.934.414.111,90	8.222.531.800,98

A EBSERH recebeu o montante de R\$ 9,9 bilhões a título de Subvenções, que representa 97% dos recursos totais recebidos.

As receitas advindas das Subvenções Governamentais, registradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, são oriundas da política pública do Ministério da Educação (MEC) e da União, além de outros entes governamentais, para manutenção e desenvolvimento dos Hospitais Universitários Federais sob gestão da EBSERH. As Subvenções têm como objetivo principal cobrir os gastos com despesa de pessoal, encargos patronais e benefícios pagos a empregados. As Subvenções SUS são recursos recebidos pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) para subvencionar os serviços prestados à sociedade no âmbito do SUS.

35. RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA

Não há apuração da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto Sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) em razão de não apresentar lucro tributável.

36. RESULTADO DO PERÍODO

A Demonstração do Resultado evidencia o que é apurado pelo confronto entre receitas e despesas no período, refletido no Resultado do Período. O Resultado é o somatório das Receitas de Serviços e Exploração de Patrimônio, Aplicações Financeiras, Subvenções Oriundas do Orçamento Geral da União e Subvenções do FNS, deduzindo-se as Despesas Operacionais, tais como Pessoal, Diárias, Assessoria, Aluguéis, Serviços de Terceiros, Despesas Patrimoniais, Provisões de Pessoal, Passivos etc.

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em atendimento aos normativos legais, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da EBSERH, que são conceituadas conforme o item 9 do Pronunciamento Técnico CPC 5 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas:

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis (neste Pronunciamento Técnico, tratada como “entidade que reporta a informação”).

(a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se:

(i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;

(ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou

(iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação. [...]

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

37.1 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o item 26 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis 05 (R1), apresenta-se um detalhamento contendo os valores de recursos recebidos de Ministérios, partes relacionadas da EBSERH, em setembro de 2025, executados pela Gestão EBSERH, com finalidades de manutenção dos serviços hospitalares (despesa com pessoal, material de consumo e serviços) e investimento na capacidade operacional (aquisição de equipamentos e investimento em imóveis hospitalares).

Partes Relacionadas	30.09.2025	30.09.2024	Relacionamento
ME/EBSERH	6.948.337.407,39	5.861.871.730,11	Influência Significativa na EBSERH
MEC	3.591.560.531,68	3.161.163.396,77	
MS	2.174.485.698,43	1.933.407.339,84	
TOTAL	12.714.383.637,50	11.005.126.526,58	

Fonte: SIAFI-Despesa liquidada

Esses números desempenham um papel crucial na orientação das políticas financeiras e operacionais da entidade, uma vez que influenciam a seleção de membros para compor o conselho de administração da organização.

A EBSERH realiza contratos de gestão com as Universidades Federais, tais quais os apresentados no quadro a seguir. A finalidade é a administração dos Hospitais Universitários, compreendendo a oferta, à população, de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, na forma e condições definidas em contrato e na Lei nº 12.550/2011, vedado o atendimento de pacientes de convênios e particulares.

Região	HUF	SIGLA	UG
Centro-Oeste	Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Goiás	HC-UFMG	155904
	Hospital Universitário de Brasília, da Universidade de Brasília	HUB-UnB	155009
	Hospital Universitário Júlio Muller, da Universidade Federal do Mato Grosso	HUJM-UFMT	155019
	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	HUMAP-UFMS	155124
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Grande Dourados	HU-UFGD	155016
	Complexo Hospitalar, constituído pelo Hospital Universitário Walter Cândido (UHWC) e pela Maternidade Escola Assis Chateaubriand (Meac), da Universidade Federal do Ceará	CH-UFC	155020
	Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Pernambuco	HC-UFPE	155022
	Hospital Universitário Ana Bezerra, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	HUAB-UFRN	155014
	Hospital Universitário Alcides Carneiro, da Universidade Federal de Campina Grande	HUAC-UFCG	155914
	Hospital Universitário Júlio Bandeira, da Universidade Federal de Campina Grande	HUJB-UFCG	155912
Nordeste	Hospital Universitário de Lagarto, da Universidade Federal de Sergipe	HUL-UFS	155910
	Hospital Universitário Lauro Wanderley, da Universidade Federal da Paraíba	HULW-UFPB	155023
	Hospital Universitário Onofre Lopes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	HUOL-UFRN	155013
	Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, da Universidade Federal de Alagoas	HUPAA-UFAL	155126
	Hospital Universitário Professor Edgard Santos, da Universidade Federal da Bahia	HUPES-UFBA	155907
	Hospital Universitário, da Universidade Federal do Maranhão	HU-UFMA	155010
	Hospital Universitário do Piauí, da Universidade Federal do Piauí	HU-UFPI	155008
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Sergipe	HU-UFS	155017
	Hospital de Ensino Doutor Washington Antônio de Barros, da Universidade Federal do Vale do São Francisco	HU-UNIVASF	155180
	Maternidade Climério de Oliveira, da Universidade Federal da Bahia	MCO-UFBA	155906
Norte	Maternidade Escola Januário Cicco, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	MEJC-UFRN	155015
	Complexo Hospitalar Universitário, constituído pelo Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB) e pelo Hospital Universitário Bettina Ferro de Sousa (HUBFS), da Universidade Federal do Pará	CHU-UFPA	155909
	Hospital de Doenças Tropicais, da Universidade Federal do Tocantins	HDT-UFT	155905
	Hospital Universitário, da Universidade Federal do Amapá	HU- UNIFAP	156956
	Hospital Universitário Getúlio Vargas, da Universidade Federal do Amazonas	HUGV-Ufam	155018
Sudeste	Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima	HU-UFRR	157249
	Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Minas Gerais	HC-UFMG	155021
	Hospital de Clínicas, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	HC-UFTM	155011
	Hospital de Clínicas de Uberlândia, da Universidade Federal de Uberlândia	HC-UFU	156654
	Hospital Universitário Antônio Pedro, da Universidade Federal Fluminense	HUAP-UFF	155915
	Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes, da Universidade Federal do Espírito Santo	HUCAM-UFES	155012
	Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	HUGG-UNIRIO	155911
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Juiz de Fora	HU-UFJF	155903
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de São Carlos	HU-UFSCar	155900
	Complexo Hospitalar, constituído pelo Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), pelo Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) e pela Maternidade Escola (ME), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	CH - UFRJ	157243
Sul	Complexo do Hospital de Clínicas, constituído pelo Hospital de Clínicas (HC) e pela Maternidade Vítor Ferreira do Amaral (MVFA), da Universidade Federal do Paraná	CHC-UFPR	155902
	Hospital Escola, da Universidade Federal de Pelotas	HE-UFPeI	155901
	Hospital Universitário Doutor Miguel Riet Corrêa Júnior, da Universidade Federal do Rio Grande	HU-FURG	155908
	Hospital Universitário de Santa Maria, da Universidade Federal de Santa Maria	HUSM-UFSM	155125
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Santa Catarina	HU-UFSC	155913

37.3 PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da Administração, conforme a Política de Partes Relacionadas, inclui os membros do Conselho de Administração - CA, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria - COAUD, da Diretoria Executiva - DIREX e, ainda, Coordenadores e Chefes de Serviço na Sede, Superintendentes, Gerentes, Chefes de Divisão e Chefes de Setor nas filiais. As remunerações aprovadas para esses administradores e por serviços nas respectivas áreas de competência são evidenciadas abaixo:

Remuneração e Pagamentos a Pessoal-Chave	set-25	set-24
Benefícios de Curto Prazo	241.981.933,72	220.082.929,51
Honorários e Encargos Sociais	241.726.065,57	219.897.028,45
Conselho de Administração	188.482,01	164.822,38
Conselho Fiscal	96.134,62	57.747,96
Comitê de Auditoria	86.048,04	86.621,94
Diretoria Executiva	2.240.717,45	2.053.876,37
Coordenadores	5.764.847,88	5.721.958,93
Chefes de Serviço	11.205.582,10	10.518.924,85
Superintendentes	10.326.727,95	9.241.730,09
Gerentes	26.487.237,07	23.527.730,56
Chefes de Divisão	55.244.745,88	50.264.424,00
Chefes de Setor	116.364.914,10	105.352.224,80
Assessor	3.358.801,44	3.213.889,45
Auditor	6.591.483,32	6.363.139,15
Ouvidor	3.770.343,71	3.329.937,97
Remuneração Variável (Pecúnia) e Encargos Sociais	255.868,15	185.901,06
Total	241.981.933,72	220.082.929,51

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/EBSERH

37.4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União nº 30 (CGPAR/ME), datada de 4 de agosto de 2022, e pela Lei nº 13.303, promulgada em 30 de junho de 2016, apresentam-se a seguir informações relacionados as remunerações pagas aos funcionários e à Administração da EBSERH estão apresentadas a seguir:

Conselho fiscal	set-25	set-24
Maior	3.363,18	3.208,22
Menor	3.363,18	3.208,22
Média	3.363,18	3.208,22

Conselho Administração	set-25	set-24
Maior	3.363,18	3.208,22
Menor	3.363,18	3.208,22
Média	3.363,18	3.208,22

Diretores	set-25	set-24
Maior	32.764,92	31.255,28
Menor	30.799,00	29.379,95
Média	31.044,74	29.614,37

Empregados	set-25	set-24
Maior	22.547,48	21.851,68
Menor	2.877,11	2.707,15
Média	7.745,23	7.317,49

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/EBSERH

37.5 PLANOS DE BENEFÍCIOS PARA EMPREGADOS

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União nº 30 (CGPAR/ME), datada de 4 de agosto de 2022, e pela Lei nº 13.303, promulgada em 30 de junho de 2016, apresentam-se a seguir informações relacionados à administração de benefícios para empregados:

Empregados - Benefícios Oferecidos (Valor Médio Global)	set-25	set-24
Assistência médica e odontológica	310,63	336,03
Auxílios alimentação e refeição	990,00	792,00
Auxílio creche	561,74	534,81

Auxílio transporte	274,37	258,18
Outros benefícios - auxílio deficiência	262,42	274,98

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/EBSERH

38. CONCILIAÇÃO SIAFI e DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

Em atenção ao Acórdão nº 2016, de 2006, do Tribunal de Contas da União (TCU), as estatais dependentes divulgam a conciliação entre as Demonstrações Contábeis apresentadas de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e aquelas promovidas conforme a Lei nº 4.320/1964, a saber:

Conciliação entre Lei nº 6.404/76 e Lei nº 4.320/64 extraída do SIAFI

ATIVO	Lei nº 6.404/76 - BP		Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças Apuradas entre as Legislações	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Circulante	1.893.572.317,04	2.608.379.599,49	1.893.572.317,04	2.666.254.446,21	-	(57.874.846,72)
Não Circulante	1.668.169.711,50	1.329.051.235,24	1.668.169.711,50	1.329.051.235,24	-	-
TOTAL DO ATIVO	3.561.742.028,54	3.937.430.834,73	3.561.742.028,54	3.995.305.681,45	-	(57.874.846,72)

PASSIVO	Lei nº 6.404/76 - BP		Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças Apuradas entre as Legislações	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Circulante	2.417.505.282,21	1.861.045.733,90	2.417.505.282,21	1.861.045.733,90	-	-
Não Circulante	1.011.719.524,75	1.977.536.395,37	1.011.719.524,75	1.977.536.395,37	-	-
Patrimônio Líquido	132.517.221,58	98.848.705,46	132.517.221,58	156.723.552,18	-	(57.874.846,72)
TOTAL DO PASSIVO	3.561.742.028,54	3.937.430.834,73	3.561.742.028,54	3.995.305.681,45	-	(57.874.846,72)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Lei nº 6.404/76 - BP		Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças Apuradas entre as Legislações	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Capital Social	1.316.749.559,37	1.136.787.560,37	1.316.749.559,37	1.136.787.560,37	-	-
AFAC	69.999.368,20	179.961.999,00	69.999.368,20	179.961.999,00	-	-
Prejuízos Acumulados	(1.254.231.705,99)	(1.217.900.853,91)	(1.254.231.705,99)	(1.160.026.007,19)	-	(57.874.846,72)
TOTAL DO PL	132.517.221,58	98.848.705,46	132.517.221,58	156.723.552,18	-	(57.874.846,72)

39. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE INTERESSE PÚBLICO – LEI 13.303/2016

Durante o 3º trimestre de 2025, todas as obrigações e investimentos assumidos e realizados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserrh) foram cumpridos em estrita conformidade com seus objetivos sociais, conforme o disposto no Art. 4º de seu Estatuto Social. Tais obrigações estão devidamente contabilizadas e apresentadas nas demonstrações contábeis da companhia, em total observância à legislação vigente.

Em razão do exposto, não há valores a serem informados nesta nota explicativa relacionados a obrigações ou responsabilidades assumidas em condições adversas, nos termos do Art. 5º do Estatuto Social, bem como do Parágrafo 2º, Inciso IX, do Art. 8º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

A administração da EBSERH reafirma seu compromisso com a transparência, assegurando que todas as ações realizadas estão em conformidade com as normativas legais e regulatórias aplicáveis.

ARTHUR CHIORO
Presidente

MÁRCIA BORGES DA FONSÊCA
Diretora de Orçamento e Finanças

WASLEI JOSÉ DA SILVA
Coordenador de Contabilidade

ALEX RODRIGUES BATISTA
Chefe de Serviço de Contabilidade
Contador CRC/DF 024898/O